



**Governo do Estado de São Paulo**  
**Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo**  
**FF/DAF/NCP/Setor de Licitações e Credenciamentos**

**EDITAL**

**Nº do Processo:** 262.00001724/2026-55

**Interessado:** PARQUE ESTADUAL ILHA DO CARDOSO

**Assunto:** Contratação de Serviços para Manutenção Preventiva e Corretiva do Gerador - PEIC

**PREGÃO ELETRÔNICO:** 90021/2026

**CONTRATANTE (UASG):** 261101

**OBJETO:** [Contratação de Serviços de manutenção preventiva periódica e manutenção corretiva sob demanda para o grupo motor gerador a diesel instalado no Núcleo Perequê do Parque Estadual Ilha do Cardoso com fornecimento de material, conforme este edital e seus anexos

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 215.389,02

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA:** Dia 04/06/2026 às 09 h (horário de Brasília)

**Critério de Julgamento:** Maior desconto

**Modo de disputa:** aberto e fechado

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:** NÃO

**FORMA DE PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado através do Banco do Brasil - Decreto Estadual nº 62.867/2017

**Sumário**

1. DO OBJETO. 3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS 3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO. 3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO. 5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA. 7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES. 8
7. DA FASE DE JULGAMENTO. 12
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO. 14
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. 17
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA. 17
11. DOS RECURSOS. 17
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES. 18
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO. 18
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS. 18

**FUNDAÇÃO PARA CONSERVAÇÃO PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO SÃO PAULO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90021/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 262.00001724/2026-55**

Torna-se público que a Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, por meio do Setor de Licitações e Compras, sediada na Avenida Professor Hermann Junior, 345, Alto de Pinheiros – São Paulo SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de Serviços de manutenção preventiva periódica e manutenção corretiva sob demanda para o grupo motor gerador a diesel instalado no Núcleo Perequê do Parque Estadual Ilha do Cardoso com fornecimento de material, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

**2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

**3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem

previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e na [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007](#), e no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Para o item 1, a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), observado o disposto no § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.11. Não poderão disputar esta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o percentual de desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada.

4.4.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo especificado na documentação que constitui Anexo deste Edital.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.9.1. Caso seja definido no início deste Edital o critério de julgamento por maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos na subdivisão acima.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inc. IX, da Constituição Federal](#), e do art. 33, inc. X, da [Constituição do Estado de São Paulo](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **1% (um por cento)**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11.2. Encerrado o prazo previsto na subdivisão acima, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.3. No procedimento de que trata a subdivisão anterior, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.11.4. Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas nas duas subdivisões anteriores, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será

suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2006, quando for o caso.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SicaF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade - CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas - e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas "b" e "c", do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2006.

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação



da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8 .

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.10.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

8.1.2. Considerando que na presente licitação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia, ou de apresentar declaração de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, observando-se o disposto na documentação que integra este Edital como Anexo.

8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor .

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 64](#)):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#), somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

## **9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

## **10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

## 11. DOS RECURSOS

- 11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
- 11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.
- 11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico [licitacoes@fflorestal.sp.gov.br](mailto:licitacoes@fflorestal.sp.gov.br).

## 12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 12.1. As sanções administrativas serão aplicadas em conformidade com a PORTARIA NORMATIVA FF 017/2025, de 13 de outubro de 2025, publicada na edição de 14 de outubro de 2025 do Diário Oficial do Estado de São Paulo, a qual integra o edital de licitação como Anexo III.

## 13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: [licitacoes@fflorestal.sp.gov.br](mailto:licitacoes@fflorestal.sp.gov.br).
- 13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.
- 13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no sítio eletrônico na Internet <https://compras.sp.gov.br/>, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.
- 13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.
- 13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.
- 13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

## 14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.
- 14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.
- 14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.
- 14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- 14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.
- 14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual", de que trata a [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#). Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).
- 14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.
- 14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:
- 14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;
- 14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa;
- 14.2.1.5.3. a apresentação do registro ou inscrição do licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU competente, com o visto do CREA/SP ou do CAU/SP, conforme o caso, se o local do registro ou inscrição for situado em região não compreendida na área de jurisdição da referida entidade, observada a legislação aplicável.
- 14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.
- 14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.
- 14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.
- 14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será

automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.12. Em relação à disciplina acerca de programas de integridade, será observado o disposto no [Decreto estadual nº 69.861, de 11 de setembro de 2025](#), e na [Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026](#), quando for o caso.

14.13. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico <https://fflorestal.sp.gov.br/editais/editais-delicitacao/editais-de-pregao-eletronico>.

14.15. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.16.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.16.1.1. Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;

14.16.1.2. Anexo I.2 – DSE8610 - Manutenção Gerador;

14.16.1.2. Anexo I.3 – DSE8660 - Manutenção Gerador;

14.16.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

14.16.3. ANEXO III – Portaria Normativa FF 017/2025;

14.16.4. ANEXO IV – Modelo referente a planilha de proposta;

14.16.5. ANEXO V – Modelos de Declarações;

14.16.6. ANEXO VI – Modelos referentes à vistoria prévia; e

14.16.7. ANEXO VII – Planilha orçamentária.

São Paulo, na data da assinatura digital

**RODRIGO LEVKOVICZ**

Diretor Executivo

## **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

Está disponíveis para download nos links abaixo:

<https://fflorestal.sp.gov.br/editais/editais-de-licitacao/editais-de-pregao-eletronico/> e

<https://www.gov.br/pncp/pt-br>

### **ANEXO I.1 – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

Está disponível para download nos links abaixo:

<https://fflorestal.sp.gov.br/editais/editais-de-licitacao/editais-de-pregao-eletronico/> e

<https://www.gov.br/pncp/pt-br>

### **ANEXO I.2 – DSE8610 - MANUTENÇÃO GERADOR**

Está disponível para download nos links abaixo:

<https://fflorestal.sp.gov.br/editais/editais-de-licitacao/editais-de-pregao-eletronico/> e

<https://www.gov.br/pncp/pt-br>

## ANEXO I.3 – DSE8660 - MANUTENÇÃO GERADOR

Está disponível para download nos links abaixo:

<https://fflorestal.sp.gov.br/editais/editais-de-licitacao/editais-de-pregao-eletronico/> e

<https://www.gov.br/pncp/pt-br>

## ANEXO II – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Está disponível para download nos links abaixo:

<https://fflorestal.sp.gov.br/editais/editais-de-licitacao/editais-de-pregao-eletronico/> e

<https://www.gov.br/pncp/pt-br>

## ANEXO III - PORTARIA NORMATIVA FF/DE 017/2025

**Dispõe sobre a aplicação das sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Fundação Florestal.**

O Diretor Executivo da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto no Estatuto da Fundação Florestal;

Considerando as disposições da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; e

Considerando a importância de padronizar os procedimentos sancionatórios no âmbito da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo,

### RESOLVE:

#### CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º - No âmbito da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo (FF), a aplicação das sanções de advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, a que se referem os incisos I, II, III e IV do caput do artigo 156 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, obedecerá às normas estabelecidas na presente portaria.

Artigo 2º - A aplicação das sanções observará os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Artigo 3º - As disposições desta portaria abrangem também as infrações cometidas por proponentes, adjudicatários e detentores de atas de registro de preços, bem como aquelas cometidas nos processos de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

#### CAPÍTULO II - DAS INFRAÇÕES

Artigo 4º - Comete infração administrativa, nos termos da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o licitante e o contratado que, com dolo ou culpa:

I - der causa à inexecução parcial do contrato;

coletivo;

II - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse

III - der causa à inexecução total do contrato;

pregoeiro, pelo agente de contratação ou pelo agente público durante o certame;

V - salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

d) deixar de apresentar amostra, caso exigida na documentação que integra o edital de licitação ou no aviso de contratação; ou

contratação;

e) apresentar amostra em desacordo com as especificações, caso exigida na documentação que integra o edital de licitação ou o aviso de

prazo e condições estabelecidas pela Administração;

VII - recusar-se, sem justificativa, a assinar termo aditivo ao contrato, no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

VIII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

contrato;

IX - apresentar declaração ou documentação falsa exigida no certame licitatório, no processo de contratação direta ou durante a execução do

X - fraudar a licitação, o processo de contratação direta ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

XI - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;

c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

XII - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação ou da contratação direta;

XIII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

#### CAPÍTULO III - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

##### SEÇÃO I - ASPECTOS GERAIS

Artigo 5º - Com fundamento na Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

I - advertência;

estimado para a contratação, conforme o caso;

II - multa, não inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) do valor atualizado do contrato ou daquele

III - impedimento de licitar e contratar, por prazo não superior a 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

Artigo 6º - Na aplicação das sanções serão considerados:



- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Artigo 7º - As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

Artigo 8º - A aplicação das sanções tratadas nesta portaria não exclui, em hipótese nenhuma, a obrigação de reparação do dano causado à Administração.

## SEÇÃO II - DA SANÇÃO DE ADVERTÊNCIA

Artigo 9º - A sanção de advertência será aplicada quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato e não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

## SEÇÃO III - DA SANÇÃO DE MULTA

Artigo 10 - A sanção de multa será aplicada após regular processo administrativo e calculada com observância dos seguintes parâmetros:

I - No caso das infrações a seguir elencadas, será aplicada multa de 20% (vinte por cento) até o limite de 30% (trinta por cento) do valor atualizado do contrato ou daquele estimado para a contratação:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa na licitação, no processo de contratação direta ou durante a execução do contrato;
- b) praticar ato fraudulento durante a licitação, no processo de contratação direta ou na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- 1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação ou do processo de contratação direta; ou
- 5. praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

II - No caso das infrações a seguir elencadas, será aplicada multa de 5% (cinco por cento) até o máximo 20% (vinte por cento) do valor estimado da contratação:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro, pelo agente de contratação ou pelo agente público durante o certame;

b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando:

- 1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 4. deixar de apresentar amostra; ou
- 5. apresentar amostra em desacordo com as especificações do mesmo.

III - Será aplicada multa de 10% (dez por cento) até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor atualizado do contrato, quando:

a) a vencedora da licitação não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, ou não formalizar a ata de registro de preços;

b) a contratada recusar-se, sem justificativa, a assinar o termo aditivo no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

c) não puder ser formalizado o contrato, o termo aditivo ou a ata de registro de preços em razão da não manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação ou no procedimento de contratação direta.

IV - No caso de inobservância do prazo fixado para a execução do objeto do contrato ou de obrigação acessória será aplicada multa de 1% (um por cento) até 5% (cinco por cento) do valor atualizado da parcela contratual correspondente, acrescida de:

a) 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso sobre o valor atualizado da parcela contratual correspondente quando o atraso se limitar a 50% (cinquenta por cento) do prazo inicialmente previsto para a entrega do objeto, de sua parcela ou da obrigação acessória relacionada;

b) 0,4% (quatro décimos por cento) por dia de atraso sobre o valor atualizado da parcela inadimplida quando o atraso exceder o período previsto na alínea "a" deste inciso.

V - No caso de inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia:

a) será aplicada multa de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato;

b) ocorrerá extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas se o atraso for superior a 30 (trinta) dias, conforme dispõe o inciso I do caput do artigo 137 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

c) e após o prazo mencionado na alínea "b" deste inciso V, a Administração poderá decidir, motivadamente, por conceder prazo adicional de até 15 (quinze) dias antes da extinção do contrato.

VI - No caso de inexecução parcial do objeto do contrato ou de obrigação acessória a este, será aplicada multa de 10% (dez por cento) até o máximo 20% (vinte por cento) do valor atualizado da parcela inadimplida do contrato, ressalvado o quanto previsto no inciso VIII deste artigo.

VII - No caso de inexecução total do contrato, será aplicada multa de 10% (dez por cento) até o máximo 20% (vinte por cento) do valor atualizado do contrato.

VIII - No caso de inexecução parcial ou total do contrato ou de obrigação acessória a ele, que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, será aplicada multa de 30% (trinta por cento) do valor atualizado do contrato ou da parcela inadimplida.

§ 1º - Ensejará a extinção do ajuste o atraso que corresponder ao total do prazo inicialmente previsto para entrega do objeto contratual, salvo decisão fundamentada da autoridade competente justificando a vantagem de manutenção da avença, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

§ 2º - A atualização do valor do contrato, da ata de registro de preços e do valor estimado da contratação será efetuada pela variação do índice da Unidade Fiscal do Estado de São Paulo - UFESP entre a data da infração e a data do efetivo pagamento da multa.

§ 3º - Considera-se obrigação acessória qualquer descumprimento das obrigações assumidas na contratação e que não se refiram diretamente ao objeto do contrato, exemplificativamente, porém não se limitando a esse rol:

1. o atraso ou o não pagamento de obrigações trabalhistas aos prestadores de serviços disponibilizados pela contratada para execução do objeto contratual;

2. a não disponibilização ou o atraso no envio de materiais ou insumos em quantidade e qualidade suficiente para execução do objeto do contrato;

3. o atraso em substituir equipamento, material ou mão de obra que não se mostre adequada ou com qualidade para execução do objeto contratado;

4. a não manutenção, durante a vigência do contrato, das condições que culminaram com sua habilitação;

5. o desatendimento às solicitações da Administração no prazo por ela determinado.

Artigo 11 - O valor correspondente à multa aplicada será descontado dos pagamentos devidos em decorrência da execução do contrato que ensejou a sanção.

§ 1º - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Administração, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida no edital.

§ 2º - Inexistindo a possibilidade de desconto a que se refere o caput deste artigo, o correspondente valor deverá ser recolhido através de depósito bancário, em conta corrente em nome da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, Infraestrutura e Logística, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da notificação.

§ 3º - Não logrando êxito no recebimento da multa aplicada será efetuada a cobrança judicialmente.

Artigo 12 - A sanção de multa pode ser aplicada conjuntamente com as sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput do artigo 156 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Artigo 13 - O não pagamento das multas no prazo e formas indicados implicará no registro de devedor no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais - CADIN e na inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para cobrança judicial.

Artigo 14 - A aplicação de multa não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato

com a aplicação cumulada de outras sanções.

#### **SEÇÃO IV - DA SANÇÃO DE IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR**

Artigo 15 - São hipóteses para aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato, causando grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, nos termos do artigo 155, II, c.c. artigo 156, § 4º, da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

II - dar causa à inexecução total do contrato;

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro, pelo agente de contratação ou pelo agente público durante o certame;

IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado em especial quando:

1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
4. deixar de apresentar amostra, caso exigida na documentação que integra o edital ou o aviso de contratação; ou
5. apresentar amostra em desacordo com as especificações exigidas no instrumento convocatório;

V - não celebrar o contrato, a ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; VI - não celebrar o termo aditivo no prazo estipulado pela Administração nos casos de alteração unilateral e naqueles em que houve anuência da contratada;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

Parágrafo único - A dosimetria da sanção de impedimento de licitar e contratar será aferida caso a caso, levando em consideração a gravidade do ato em si e o impacto gerado à Administração.

#### **SEÇÃO V - DA SANÇÃO DE DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Artigo 16 - A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada nas hipóteses do § 5º do artigo 156 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

§ 1º - A ocorrência das infrações a seguir descritas ensejarão a aplicação de declaração de inidoneidade por um período de 3 (três) a 6 (seis) anos:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
3. caso exigida na documentação que integra o edital ou o aviso de contratação, apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 2º - A ocorrência das infrações a seguir descritas, quando justificada a imposição de penalidade mais grave em relação à sanção de impedimento de licitar e contratar, ensejarão a aplicação de declaração de inidoneidade por um período de 3 (três) a 4 (quatro) anos:

1. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

2. dar causa à inexecução total do contrato;

3. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

4. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

5. não celebrar o contrato, a ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

6. não celebrar o termo aditivo no prazo estipulado pela Administração;

7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

§ 3º - A dosimetria da pena de declaração de inidoneidade será aferida caso a caso, levando em consideração a gravidade do ato em si e o impacto gerado à Administração.

### **CAPÍTULO IV - DAS CIRCUNSTÂNCIAS AGRAVANTES E ATENUANTES**

#### **SEÇÃO I - DAS CIRCUNSTÂNCIAS AGRAVANTES**

Artigo 17 - São circunstâncias agravantes:

I - a prática da infração com violação de dever inerente a cargo, ofício ou profissão;

II - o conluio entre licitantes ou contratados para a prática da infração;

III - a apresentação de documento falso no curso do processo administrativo de apuração de responsabilidade;

IV - a reincidência;

V - o cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual. § 1º - Verifica-se a reincidência quando o acusado comete nova infração, depois de condenado definitivamente por idêntica infração anterior.

§ 2º - Para efeito de reincidência:

1. considera-se a decisão proferida no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta dos de todos os entes federativos, se imposta a pena de declaração de inidoneidade de licitar e contratar;

2. não prevalece a condenação anterior, se entre a data da publicação da decisão definitiva dessa e a do cometimento da nova infração tiver decorrido período de tempo superior a 5 (cinco) anos;

3. não se verifica, se tiver ocorrido a reabilitação em relação a infração anterior.

§ 3º - Na hipótese do inciso V do caput, o infrator estará sujeito à sanção cabível para a infração mais grave entre elas, ou, se iguais, à somente uma delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.

Artigo 18 - Configurada a situação agravante, o valor da multa e o período previsto para a sanção de impedimento de licitar e contratar serão acrescidos de 100% (cem por cento).

§ 1º - o acréscimo mencionado no caput deste artigo, no caso de multa fica limitado a 30% (trinta por cento) do valor atualizado do contrato, da ata de registro de preços ou daquele estimado para a contratação.

§ 2º - o acréscimo mencionado no caput deste artigo, no caso de sanção de impedimento de licitar e contratar fica limitado a 6 (seis) anos.

§ 3º - A avaliação das circunstâncias será feita na fase de dosimetria da pena.

#### **SEÇÃO II - DAS CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES**

Artigo 19 - Serão consideradas circunstâncias atenuantes, resultando na redução de 50% (cinquenta por cento) da sanção calculada nos termos desta portaria, quando a licitante, a detentora da ata de registro de preços ou o contratado, antes do julgamento:

I - confessar a autoria da infração;

II - comprovar que procurou evitar ou minorar as consequências da infração;

III - reparar o dano.

§ 1º - As circunstâncias atenuantes, tratadas neste artigo, não terão efeito cumulativo entre si para obtenção de redução adicional do percentual de sanção a ser aplicada.

§ 2º - A redução da sanção, mencionada no caput deste artigo, não poderá reduzir a dosimetria da pena abaixo do limite mínimo estabelecido nos § 3º e 5º do artigo 156 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

§ 3º - os limites mínimos da sanção aplicável respeitarão o art. 156, §3º e § 5º, da Lei nº 14.133/2021.

## **CAPÍTULO V - DA COMPETÊNCIA**

Artigo 20 - A competência para aplicar as sanções previstas nos incisos I, II e III do caput do artigo 156 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, é do Diretor Executivo da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo no uso de suas atribuições legais, conforme disposto no Estatuto da Fundação Florestal.

Artigo 21 - A competência para declarar a inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, prevista no inciso IV do caput do artigo 156 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, é do Diretor Executivo da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo no uso de suas atribuições legais, conforme disposto no Estatuto da Fundação Florestal.

Artigo 22 - No caso de contratação decorrente de Sistema de Registro de Preços - SRP, compete:

I - ao Órgão Gerenciador: aplicar as penalidades relacionadas ao procedimento licitatório, à ata de registro de preços e às próprias contratações; e

II - ao Órgão Participante / Não Participante: aplicar as penalidades decorrentes do contrato celebrado.

## **CAPÍTULO VI - DOS PRAZOS E PROCEDIMENTO**

### **SEÇÃO I - DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SIMPLIFICADO**

Artigo 23 - A apuração de responsabilidade por infrações que possam ensejar a aplicação das sanções de advertência e multa, previstas nos incisos I e II do caput do artigo 156 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ocorrerá em processo administrativo simplificado, a ser conduzido por agente público designado pelo Diretor Executivo da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo.

§ 1º - A intimação conterá, no mínimo:

1. a descrição dos fatos imputados;
2. o dispositivo pertinente à infração;
3. a identificação do proponente, do detentor da ata de registro de preços, do contratado ou dos elementos pelos quais se possa identificá-los; e
4. os efeitos da revelia.

§ 2º - Faculta-se a defesa do proponente, do detentor da ata de registro de preços ou do contratado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

§ 3º - No processo administrativo simplificado fica dispensada a manifestação da Assessoria Jurídica da Pasta, exceto se houver dúvida jurídica específica.

§ 4º - O relatório final conclusivo, a ser remetido ao Diretor Executivo, para julgamento, deverá:

1. descrever sucintamente os fatos imputados;
2. informar os dispositivos legais e regulamentares infringidos;
3. indicar as penas a que está sujeito o infrator;
4. relacionar as peças principais dos autos;
5. conter a análise das manifestações da defesa; e
6. indicar as provas que fundamentaram a conclusão, fazendo-se referência aos documentos do processo em que se encontram.

§ 5º - Caso identificada, no curso do processo administrativo simplificado, a prática de conduta que possa caracterizar infração punível com as sanções de impedimento de licitar ou contratar ou de declaração de inidoneidade, previstas nos incisos III e IV do caput do artigo 156 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, será instaurado o processo de responsabilização.

### **SEÇÃO II - DO PROCESSO DE RESPONSABILIZAÇÃO**

Artigo 24 - A apuração de responsabilidade por infrações que possam ensejar a aplicação das sanções de impedimento de licitar ou contratar ou de declaração de inidoneidade, previstas nos incisos III e IV do caput do artigo 156 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ocorrerá por meio do processo de responsabilização de que trata o artigo 158 do mesmo diploma legal, a ser conduzido por Comissão Processante, permanente ou ad hoc.

§ 1º - O ato de instauração do processo será subscrito pelo Diretor Executivo e deverá constar:

1. os fatos que ensejam a apuração;
2. o enquadramento dos fatos às normas pertinentes à infração;
3. a identificação do proponente, do detentor da ata de registro de preços ou do contratado, ou os elementos pelos quais se possa identificá-los;

e

4. na hipótese do § 2º deste artigo, a identificação dos administradores ou sócios, pessoa jurídica sucessora ou empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito.

§ 2º - Quando a personalidade jurídica for utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos, poderá ser desconsiderada, nos termos do artigo 160 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Artigo 25 - A Comissão Processante será composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis ou empregados públicos, com atribuição de conduzir o processo e praticar todos os atos necessários para elucidação dos fatos.

§ 1º - No caso de a Comissão Processante ser composta por empregados públicos, estes deverão ter, preferencialmente, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

§ 2º - A Comissão Processante, diante de elementos que possam ensejar a responsabilização de terceiros, deve solicitar a abertura de processo contra eles ou o aditamento do ato de instauração do processo de responsabilização em curso, remetendo-se os autos ao Diretor Executivo, para apreciação.

§ 3º - Se no curso da instrução surgirem elementos novos não descritos no ato de instauração de processo de apuração de responsabilidade, a Comissão Processante solicitará a instauração de novo processo ou o aditamento do ato de instauração do processo de responsabilização em curso, remetendo-se os autos ao Diretor Executivo, para apreciação.

Artigo 26 - Instaurado o processo, ou aditado o ato de instauração, a Comissão Processante dará impulso ao processo, intimando os acusados para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentarem defesa escrita e especificarem as provas que pretendam produzir.

§ 1º - Quando se fizer necessário, as provas serão produzidas em audiência previamente designada para este fim.

§ 2º - Serão indeferidas pela Comissão Processante, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 3º - A Comissão Processante poderá solicitar a colaboração de outros órgãos para a instrução processual, por intermédio do Diretor Executivo.

§ 4º - Da decisão de que trata o § 2º deste artigo, no curso da instrução, cabe pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação.

§ 5º - Se não houver retratação, o pedido de reconsideração se converterá em recurso, que ficará retido e será apreciado quando do julgamento do processo.

Artigo 27 - Finda a instrução, o acusado poderá apresentar alegações finais em 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação.

Artigo 28 - Transcorrido o prazo previsto no artigo 27, a Comissão Processante elaborará relatório:

- I - mencionando os fatos imputados;
- II - informando os dispositivos legais e regulamentares infringidos;
- III - descrevendo as penas a que está sujeito o infrator;
- IV - relacionando as peças principais dos autos;
- V - analisando as manifestações da defesa;
- VI - indicando as provas que fundamentaram a conclusão, fazendo-se referência aos documentos do processo onde se encontram;
- VII - propondo ao Diretor Executivo, em sendo o caso, a remessa de cópia do processo a outro órgão, como Ministério Público, Polícia, etc., para as providências de suas respectivas alçadas.

§ 1º - O relatório será sempre conclusivo quanto à responsabilidade do proponente, do detentor da ata de registro de preços ou do contratado e informará, quando for o caso, se houve danos aos cofres públicos, sugerindo ao Diretor Executivo a remessa de cópia do processo ao setor competente, para as providências cabíveis.

§ 2º - O relatório poderá, ainda, propor a absolvição por insuficiência de provas quanto à autoria e ou materialidade.

§ 3º - O relatório poderá conter sugestões sobre medidas que podem ser adotadas pela Administração, objetivando evitar a repetição de fatos ou irregularidades semelhantes aos apurados no processo.

§ 4º - O processo administrativo, com o relatório da Comissão Processante e manifestação da Assessoria Jurídica da FF, será remetido para deliberação do Diretor Executivo.

§ 5º - A Comissão Processante ficará à disposição do Diretor Executivo para qualquer esclarecimento necessário.

§ 6º - Proferido o julgamento, encerram-se as atividades da Comissão Processante.

Artigo 29 - Será admitida no processo de apuração de responsabilidade o compartilhamento de informações e provas produzidas em outro processo administrativo, caso em que, após a juntada nos autos, será dada oportunidade ao acusado para manifestação, em 3 (três) dias úteis, contados de sua intimação.

Parágrafo único - O pedido para compartilhamento de informações e provas produzidas em outro processo será feito pela Comissão Processante ao Diretor Executivo.

Artigo 30 - No caso de indícios de falsidade documental apresentado no curso da instrução, a Comissão Processante intimará o acusado para manifestação, em 3 (três) dias úteis, contados de sua intimação.

§ 1º - A decisão sobre falsidade do documento será realizada quando do julgamento do processo.

§ 2º - Caso a apresentação de declaração ou documento falso for a causa principal do processo de apuração de responsabilidade não se aplica o disposto no caput e § 1º deste artigo.

### SEÇÃO III - DA REVELIA E DOS RECURSOS

Artigo 31 - Se o interessado, regularmente notificado, não comparecer para exercer o direito de acompanhar o processo, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas nos autos.

§ 1º - Na notificação do interessado deve constar advertência relativa aos efeitos da revelia de que trata o caput deste artigo.

§ 2º - O revel poderá intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar.

Artigo 32 - Da decisão que aplicar as sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, previstas nos incisos I, II e III do caput do artigo 156 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

Parágrafo único - O recurso de que trata o caput deste artigo será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos, nos termos do parágrafo único do artigo 166 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Artigo 33 - Da decisão que aplicar a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no inciso IV do caput do artigo 156 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, a ser decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento, nos termos do artigo 167 da referida norma.

Artigo 34 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Artigo 35 - Na contagem dos prazos para defesa, alegações finais, recurso e pedido de reconsideração, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Parágrafo único - Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de horário de expediente normal na Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo.

### CAPÍTULO VII - DAS ATRIBUIÇÕES DO FISCAL DO CONTRATO

Artigo 36 - O processo administrativo instaurado para acompanhar a execução do contrato deve conter elementos claros, objetivos e suficientes para embasar eventual aplicação de sanções à contratada, competindo ao fiscal do contrato:

I - exigir o cumprimento de todas as obrigações previstas no contrato e em seus anexos, inclusive as obrigações acessórias;

II - receber o objeto em conformidade com o artigo 140 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

III - anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato;

IV - elaborar relatório de vistoria, se necessário;

V - notificar a contratada sobre eventuais irregularidades identificadas;

VI - esclarecer eventuais dúvidas administrativas e técnicas, desde que dentro de sua esfera de atribuições;

VII - conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, serviços ou obras;

VIII - realizar a avaliação dos serviços executados, quando prevista;

IX - exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletivo de segurança do trabalho;

X - manter contato com o preposto da contratada;

XI - emitir nota técnica ou informativa sobre alterações contratuais;

XII - comunicar a autoridade competente sobre eventual inexecução parcial ou total das obrigações contratuais, inclusive as acessórias, informando:

a) qual foi o ato praticado;

b) quando ocorreu;

c) as consequências decorrentes, inclusive se gerou prejuízo ou transtorno à Administração; d) se o ato igual ou semelhante já foi praticado anteriormente.

XIII - manifestar-se sobre a eficácia do contrato com relação às necessidades da Administração, propondo formas de aperfeiçoamento;

XIV - no caso de obras e serviços de engenharia;

a) manter atualizados os projetos, alvarás, ART's do CREA e/ou RRT's do CAU;

b) visitar o diário de obras, certificando-se de seu correto preenchimento;

c) verificar a correta construção do canteiro de obras, inclusive quanto aos aspectos ambientais;

XV - no caso de serviços com dedicação exclusiva da mão de obra, verificar o cumprimento a seguintes obrigações:

a) recolhimento da contribuição previdenciária do empregador e dos empregados;

b) recolhimento do FGTS, referente ao mês anterior;

c) pagamento de salários no prazo previsto em lei, referente ao mês anterior;

d) fornecimento de vale-transporte e auxílio-alimentação, quando cabível;

e) pagamento do 13º salário;

f) concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da lei;

g) realização de exames admissionais e demissionais e periódicos, quando for o caso;

h) eventuais cursos de treinamento e reciclagem;

i) encaminhamento das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como a GFIP, FGTS, etc.;

j) cumprimento das obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho;

k) cumprimento das demais obrigações dispostas na CLT em relação aos empregados vinculados ao contrato; e

l) quando da extinção da contratação, verificar o pagamento das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços do Contratado, sem que ocorra a extinção do contrato de trabalho. XVI - outras atividades compatíveis com a função.

### CAPÍTULO VIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 37 - A contagem do prazo de entrega do objeto da contratação será suspensa quando do recebimento provisório do material ou serviço, sendo retomada, se rejeitado, a partir do primeiro dia útil seguinte ao da notificação da recusa.

Artigo 38 - Esgotada a instância administrativa, as penalidades deverão ser registradas no sítio eletrônico [www.esancoes.sp.gov.br](http://www.esancoes.sp.gov.br), ou outro sistema que o venha a substituir, e nos demais sistemas eletrônicos mantidos por órgãos ou entidades da Administração Estadual.

Artigo 39 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ou em outras leis sobre licitações e contratos, que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na última norma.

Artigo 40 - Cópia desta portaria deverá integrar, como anexo, os editais de licitação, bem como os avisos e instrumentos de contratação direta. Parágrafo único - Os termos de referência elaborados pelas áreas técnicas, quando necessários, deverão informar a aplicação da presente portaria às respectivas contratações.

Artigo 41 - Quanto às omissões desta portaria, aplicam-se as disposições legais e regulamentares pertinentes.

Artigo 42 - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

§ 1º - Os instrumentos que tenham sido celebrados durante a vigência da Resolução SIMA nº 30, de 10 de maio de 2019, continuarão a ser regidos por ela.

§ 2º - Os instrumentos celebrados/publicados sob a regência da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, porém anteriores à publicação desta portaria, serão regidos pelos termos previstos nos respectivos instrumentos convocatórios ou termos de referência.

São Paulo, na data da assinatura digital.

**RODRIGO LEVKOVICZ**  
Diretor Executivo

#### ANEXO IV - MODELO REFERENTE A PLANILHA DE PROPOSTA

Item	CadMat	Especificação	Total R\$	Percentual de desconto	Valor da Proposta R\$
1	2356	Contratação de Serviços de manutenção preventiva periódica e manutenção corretiva sob demanda para o grupo motor gerador a diesel instalado no Núcleo Perequê do Parque Estadual Ilha do Cardoso com fornecimento de material, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos	215.389,02	%	

- Declaro, sob as penas da lei, que o objeto ofertado atende a todas as especificações exigidas No Edital de Licitação e demais Anexos.

- Declaro que os preços apresentados contemplam todos os custos diretos e indiretos referentes ao objeto licitado.

- Local de instalação: Núcleo Perequê – Parque Estadual da Ilha do Cardoso.

- Contato: Emily Coutinho ([ilhacardoso@fflorestal.sp.gov.br](mailto:ilhacardoso@fflorestal.sp.gov.br)). Telefones: 13 3851 1163 / 3851 1108.

- Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias.

- Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

- Empresa: \_\_\_\_\_

- CNPJ: \_\_\_\_\_

- Responsáveis pelo contrato: \_\_\_\_\_

- Responsáveis para contato: \_\_\_\_\_

- Telefones: \_\_\_\_\_

- E-mails: \_\_\_\_\_

FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado através do Banco do Brasil - Decreto Estadual nº 62.867/2017

- Agência Bancária: \_\_\_\_\_

- Conta Bancária: \_\_\_\_\_

Local, na data da assinatura digital.

\_\_\_\_\_  
Nome e Assinatura do representante legal

#### ANEXO IV.1 - CRONOGRAMA







Item	Descrição	Unid.	Qt.	Valor (R\$)	Total
1	Serviços Iniciais				
2	Manutenção Preventiva				
3	Manutenção Corretiva				
4	Peças/Itens de Reposição				

Página 1

## ANEXO IV.2 - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

 FUNDAÇÃO FLORESTAL			PEIC - Manutenção Grupo Gerador						BC
				CDHU: 01/2026 (versão 200)					
				ORSE 12/2025					
				SINAPI: 01/2026					
				EMBASA 06/2025					
						DATA DE ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO: 02/03/2026			
Item	Base	Código	Descrição	Un	Qt	Valores (R\$)			Total
						PUMat	PUMO	PServ	
1			Serviços Iniciais						-
1.01	Composição	COMP 10	Avaliação e diagnóstico inicial do equipamento	Unid.	1,00				-
2			Manutenção Preventiva						-
2.01	Composição	COMP 01	Manutenção Preventiva Mensal	Unid.	40,00				-
2.02	Composição	COMP 02	Manutenção Preventiva Trimestral	Unid.	10,00				-
2.03	Composição	COMP 03	Manutenção Preventiva Semestral ou 250 horas	Unid.	5,00				-
2.04	Composição	COMP 04	Manutenção Preventiva Anual ou 500 horas	Unid.	2,00				-
2.05	Composição	COMP 05	Manutenção Preventiva Bienal	Unid.	2,00				-
2.06	Composição	COMP 06	Manutenção Preventiva Quinquenal	Unid.	1,00				-
3			Manutenção Corretiva - Hora técnica						-
3.01	Composição	COMP 07	Serviço técnico Agendado (horário comercial)	HT	160,00				-
3.01	Composição	COMP 08	Serviço técnico Emergencial (horário comercial)	HT	96,00				-
3.02	Composição	COMP 09	Serviço técnico Emergencial (fora do horario comercial)	HT	96,00				-
4			Peças/Itens de Reposição						-
4.01	ORSE	12853	Bateria estacionária selada DF3000, 185Ah, 12V FREEDOM ou similar	un	4,00				-
4.02	ORSE	7358	Atenuador / silenciador de ruído de 85 db à 1,5m, para GMG - Grupo Motor Gerador de 150 kva (conjunto de aspiração, exaustão-900x1200x1000mm e painel acústico com porta-900x2100mm)	cj	1,00				-
4.03	MERCADO	M 01	Alternador de Carga de Bateria (Acoplado ao motor)	Unid.	1,00				-
4.04	MERCADO	M 02	Carregador de Bateria Estático (Flutuador de Painel)	Unid.	1,00				-
4.05	MERCADO	M 03	Solenóide de Parada / Atuador de Corte de Combustível	Unid.	2,00				-
4.06	MERCADO	M 04	Bomba d'Água completa - Motor MWM	Unid.	1,00				-
4.07	MERCADO	M 05	Válvula Termostática - Motor MWM	Unid.	2,00				-
4.08	MERCADO	M 06	Mangueiras do Radiador (Superior)	Unid.	1,00				-
4.09	MERCADO	M 07	Mangueiras do Radiador (Inferior)	Unid.	1,00				-
4.10	ORSE	3026	Correia Mult "V" 3T B60	un	3,00				-
4.11	MERCADO	M 08	Tampa do Radiador com Válvula de Pressão	Unid.	2,00				-
4.12	MERCADO	M 09	Bomba Alimentadora de Combustível (Manual/Mecânica)	Unid.	1,00				-
4.13	MERCADO	M 10	Bico Injetor (Unidade Completa)	Unid.	6,00				-
4.14	MERCADO	M 11	Boia / Sensor de Nível de Combustível do Tanque	Unid.	1,00				-
4.15	MERCADO	M 12	Módulo de Comando Microprocessado	Unid.	1,00				-
4.16	MERCADO	M 13	Sensor de Pressão de Óleo Lubrificante	Unid.	2,00				-
4.17	MERCADO	M 14	Sensor de Temperatura da Água	Unid.	2,00				-
4.18	MERCADO	M 15	Captador Magnético de Rotação (Pickup)	Unid.	1,00				-
4.19	MERCADO	M 16	Contatora de Potência (Transferência)	Unid.	1,00				-
4.20	MERCADO	M 17	Relés auxiliares	Unid.	2,00				-


	PEIC - Manutenção Grupo Gerador										BC
4.21	EMBASA	60.20.05	MONTAGEM E INSTALACAO DE PAINEL DE CONTROLE / RETIFICADORES	T	1,00						-
4.22	ORSE	13340	Fornecimento e montagem de quadro de comando partida direta 5 CV 220V em chapa de ferro, 50x40x20cm, contendo disjuntores, relé, contadores, chave seletora, botão pulso, sinaleiros e bornes (completo)	un	1,00						-
4.23	CDHU	37.11.060	Base de fusível NH até 125 A, com fusível	UN	2,00						-
4.24	CDHU	37.11.080	Base de fusível NH até 250 A, com fusível	UN	2,00						-
4.25	CDHU	37.11.100	Base de fusível NH até 400 A, com fusível	UN	2,00						-
4.26	CDHU	37.11.120	Base de fusível tripolar de 15 kV	UN	2,00						-
4.27	CDHU	37.11.140	Base de fusível unipolar de 15 kV	UN	2,00						-
4.28	CDHU	37.12.020	Fusível tipo NH 00 de 6 A até 160 A	UN	2,00						-
4.29	CDHU	37.12.040	Fusível tipo NH 1 de 36 A até 250 A	UN	2,00						-
4.30	CDHU	37.12.060	Fusível tipo NH 2 de 224 A até 400 A	UN	2,00						-
4.31	CDHU	37.12.080	Fusível tipo NH 3 de 400 A até 630 A	UN	2,00						-
4.32	CDHU	37.12.120	Fusível tipo HH para 15 kV de 2,5 A até 50 A	UN	2,00						-
4.33	CDHU	37.12.140	Fusível tipo HH para 15 kV de 60 A até 100 A	UN	2,00						-
4.34	CDHU	37.12.200	Fusível Diazed retardado de 2 A até 25 A	UN	2,00						-
4.35	CDHU	37.12.220	Fusível Diazed retardado de 35 A até 63 A	UN	2,00						-
4.36	CDHU	37.12.300	Fusível em vidro para "TP" de 0,5 A	UN	2,00						-
4.37	MERCADO	M 18	Jogo de Juntas Superior (Cabeçote/valvulas)	Jogo	1,00						-
4.38	MERCADO	M 19	Retentor do Virabrequim (Traseiro)	Unid.	1,00						-
4.39	MERCADO	M 20	Retentor do Virabrequim (Dianteiro)	Unid.	1,00						-
4.40	MERCADO	M 21	Coxins de Apoio do Motor (Antivibratórios)	Unid.	1,00						-
4.41	MERCADO	M 22	Turboalimentador (Conjunto Central)	Unid.	1,00						-
4.42	MERCADO	M 23	Junta do Coletor de Escape	Unid.	6,00						-
4.43	MERCADO	M 24	Silencioso (Escapamento)	Unid.	1,00						-
4.44	MERCADO	M 25	Ponte Retificadora de Diodos (Alternador)	Unid.	1,00						-
4.45	MERCADO	M 26	Regulador Automático de Tensão (AVR)	Unid.	1,00						-
4.46	MERCADO	M 27	Rolamentos do Alternador de Potência	Par	1,00						-
4.47	CDHU	39.03.170	Cabo de cobre de 2,5 mm², isolamento 0,6/1 kV - isolação em PVC 70°C	M	50,00						-
4.48	CDHU	39.03.174	Cabo de cobre de 4 mm², isolamento 0,6/1 kV - isolação em PVC 70°C	M	50,00						-
4.49	CDHU	39.03.178	Cabo de cobre de 6 mm², isolamento 0,6/1 kV - isolação em PVC 70°C	M	50,00						-
4.50	ORSE	14420	Filtro de óleo lubrificante para motores a diesel	un	2,00						-
4.51	ORSE	14421	Filtro de combustível para motores à diesel	un	2,00						-
4.52	ORSE	14422	Filtro de ar para motores à diesel	un	2,00						-
4.53	ORSE	14423	Líquido de arrefecimento (aditivo) para geradores à diesel. Inclusive mão de obra de limpeza do reservatório	l	100,00						-
4.54	ORSE	14424	Limpeza e verificação das conexões elétricas em gerador à diesel	un	10,00						-
4.55	ORSE	14425	Manutenção de motor à diesel de gerador. Incluso revisão no alternador	un	10,00						-
4.56	ORSE	14426	Relatório técnico de manutenção de gerador. Incluso ART	un	5,00						-
4.57	ORSE	14427	Limpeza de tanque de armazenamento de combustível de gerador a diesel	un	5,00						-
4.58	ORSE	14428	Limpeza de da bomba injetora, bicos e descontaminação da linha de diesel do motor de geradores	un	5,00						-
4.59	SBC	64565	QUADRO DE TRANSFERENCIA AUTOMATICA P/GRUPO GERADOR 150KVA	UN	1,00						-

	PEIC - Manutenção Grupo Gerador										BC
	4.60	SINAPI	00004227	OLEO LUBRIFICANTE MINERAL MONOVISCO, SAE 40, PARA MOTORES DE EQUIPAMENTOS PESADOS (CAMINHÕES, TRATORES, RETROS E ETC)	I	100,00					-
				TOTAL							-
				ADMINISTRAÇÃO LOCAL (8,87%)							-
				BDI (33,89%)							-
				TOTAL +BDI							-

#### ANEXO IV.3 – COMPOSIÇÃO DO BDI

DEMONSTRATIVO DE COMPOSIÇÃO DO BDI		
Componentes do BDI indicado pelo Acórdão TCU-Plenário nº2622/2013 para obras de "CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA"		
Quartil a ser adotado		3
Item	Descrição	Percentual
1	TAXA REPRESENTATIVA DO LUCRO	
1.1	Lucro estimado	9,51%
2	PARCELAS RELATIVAS A DESPESAS DE RATEIO DA ADM. CENTRAL	
2.1	Administração Central	7,93%
3	PARCELAS RELATIVAS AS DESPESAS FINANCEIRAS	
3.1	Despesas Financeiras	1,11%
4	PARCELAS RELATIVAS A SEGUROS, RISCOS E GARANTIAS DE OBRA	
4.1	Seguros + Garantias	0,56%
4.2	Riscos	1,97%
5	PARCELAS RELATIVAS À INCIDENCIA DE TRIBUTOS	
5.1	Imposto sobre Serviços - ISS	5,00%
5.2	PIS Impostos que incidem sobre faturamento -	0,65%
5.3	COFINS Impostos que incidem sobre faturamento -	3,00%
5.4	Contribuição Previdenciária	0
BDI = $(1 + ("2.1" + "4.1" + "4.2")) \times (1 + "3.1") \times (1 + "1.1") - 1$		
$(1 - ("5.1" + "5.2" + "5.3" + "5.4"))$		
BDI adotado		33,89%
DEMONSTRATIVO DE COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL		
Coeficiente de Adm. Local indicado pelo Acórdão TCU-Plenário nº2622/2013 para obras de "CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA"		
Quartil Adotado		3
Taxa Administração local adotada		8,87%

#### ANEXO IV.4 – MERCADO

	PESQUISA DE MERCADO
---	---------------------

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	PÁGINAS	EMPRESA	UNIDADE	UNIT (R\$)
<b>M 01</b>	<b>Alternador de Carga de Bateria (Acoplado ao motor)</b>			Unid.	#DIV/0!
	Alternador 14V/120A com Polia 8PK (3 furos de fixação).		Msam	1	
	Alternador Ford/VW com motor MWM Cummins 65A (ZEN 41019).		WS Parts	1	
	Alternador Agrale/Muller Motor MWM 12V 90A (SEG F000BL0477).		Selfcar	1	
<b>CÓDIGO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>PÁGINAS</b>	<b>EMPRESA</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>UNIT (R\$)</b>
<b>M 02</b>	<b>Carregador de Bateria Estático (Flutuador de Painel)</b>			Unid.	#DIV/0!
	Carregador de Bateria Deep Sea DSE BC1205 (12V / 5A)		Lord Energy	1	
	Carregador de Baterias 12/24V 6A CH2806A		Loja Servicgera	1	
	Flutuador de Baterias BAC06A (12V x 6A)		Multidiesel	1	
<b>CÓDIGO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>PÁGINAS</b>	<b>EMPRESA</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>UNIT (R\$)</b>
<b>M 03</b>	<b>Solenoide de Parada / Atuador de Corte de Combustível</b>			Unid.	#DIV/0!
	Válvula Solenoide de Desligamento 12V (Modelo 3357411)		Lord Energy	1	
	Válvula Solenoide de Corte de Combustível 12V Bosch (F002D13640)		MSAM	1	
	Solenoide de Parada 12V (DNI8037)		DKW Store	1	
<b>CÓDIGO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>PÁGINAS</b>	<b>EMPRESA</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>UNIT (R\$)</b>
<b>M 04</b>	<b>Bomba d'Água completa - Motor MWM</b>			Unid.	#DIV/0!
	Bomba d'água com anéis de vedação MWM 4.10/6.10/6.12.		Stemac	1	
	Bomba de Água Motor MWM X10 4 e 6 Cilindros (Ref: 2R0121004L)		Anchieta Peças	1	
	Bomba D'Água Motor MWM Série 10 (Cód. Ref. 2R0121004D)		uttonline	1	
<b>CÓDIGO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>PÁGINAS</b>	<b>EMPRESA</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>UNIT (R\$)</b>
<b>M 05</b>	<b>Válvula Termostática - Motor MWM</b>			Unid.	#DIV/0!
	válvula termostática 80°C mwm 4.10/6.10		Stemac	1	
	Válvula Termostática Mwm X10		Tuttonline	1	
	Válvula Termostática 80 Graus Motor MWM X10 4/6 Cil (MTE TAE121113)		Anchieta Peças	1	
<b>CÓDIGO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>PÁGINAS</b>	<b>EMPRESA</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>UNIT (R\$)</b>
<b>M 06</b>	<b>Mangueiras do Radiador (Superior)</b>			Unid.	#DIV/0!
	mangueira superior do radiador mwm 6.10 - pn 961008610274E		Stemac	1	
	Mangueira Tubo Ligação Radiador MWM X10 (PN 7003052C1E)		MSAM	1	
	Mangueira Superior Radiador		Rocha Peças Diesel	1	
<b>CÓDIGO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>PÁGINAS</b>	<b>EMPRESA</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>UNIT (R\$)</b>
<b>M 07</b>	<b>Mangueiras do Radiador (Inferior)</b>			Unid.	#DIV/0!
	mangueira do inferior radiador mwm 6.10 - pn 623208610314E		Stemac	1	
	Mangueira Tubo Ligação Radiador MWM X10 (PN 7003052C1E)		MSAM	1	
	Mangueira Inferior Radiador Mwm X10 06cil Apos 2000		Rocha Peças Diesel	1	
<b>CÓDIGO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>PÁGINAS</b>	<b>EMPRESA</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>UNIT (R\$)</b>
<b>M 08</b>	<b>Tampa do Radiador com Válvula de Pressão</b>			Unid.	#DIV/0!
	Tampa do Radiador MWM com Pressão 7 PSI (PN 905559211001E)		Stemac	1	
	Tampa Metálica Pressão Radiador MWM (PN 905559211001E)		MSAM	1	
	Tampa do Radiador Motor MWM Grupo Gerador 6.10T		Peça Agora	1	
<b>CÓDIGO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>PÁGINAS</b>	<b>EMPRESA</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>UNIT (R\$)</b>
<b>M 09</b>	<b>Bomba Alimentadora de Combustível (Manual/Mecânica)</b>			Unid.	#DIV/0!
	Bomba Alimentadora Combustível Motor MWM X10 (4 e 6 Cil)		Peça Agora	1	
	Bomba Alimentadora VW Motor MWM X10 (PN 905202080041)		MSAM	1	
	Bomba Alimentadora MWM X10 (PN 905202080053)		Dunga Peças	1	
<b>CÓDIGO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>PÁGINAS</b>	<b>EMPRESA</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>UNIT (R\$)</b>
<b>M 10</b>	<b>Bico Injetor (Unidade Completa)</b>			Unid.	#DIV/0!
	Bico Injetor Completo MWM 6.10T/6.10TCA (PN 905302009026)		Stemac	1	
	Bico Injetor Conjunto Completo MWM X10 290 Bar (PN 905302009046)		Peça Agora	1	
	Conjunto Bico Injetor Ford/VW Motor MWM X10 (Ref: Bosch F000439005)		MSAM	1	
<b>CÓDIGO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>PÁGINAS</b>	<b>EMPRESA</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>UNIT (R\$)</b>
<b>M 11</b>	<b>Boia / Sensor de Nível de Combustível do Tanque</b>			Unid.	#DIV/0!
	ensor / Boia de Nível de Combustível STE E350 (340mm).		Stemac	1	
	Sensor de Nível Eletromagnético 24cm Stemac		Quality Geradores	1	
	Boia Tanque Combustível 100L/200L (PN 970000680194E)		MSAM	1	
<b>CÓDIGO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>PÁGINAS</b>	<b>EMPRESA</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>UNIT (R\$)</b>
<b>M 12</b>	<b>Módulo de Comando Microprocessado</b>			Unid.	#DIV/0!
	Aparelho Controlador (Módulo) Comando Gerador Deep Sea DSE 7320 MKII		Stemac	1	
	Módulo de Controle Stemac ST2000B 12/24V.		Lord Energy	1	
	Módulo De Comando Microprocessado Uscamaq Para Gerador		Loja Multidiesel	1	

PESQUISA DE MERCADO


CÓDIGO	DESCRIÇÃO	PÁGINAS	EMPRESA	UNIDADE	UNIT (R\$)
<b>M 13</b>	<b>Sensor de Pressão de Óleo Lubrificante</b>			Unid.	#DIV/0!
	Sensor de Pressão do Óleo VDO Grupo Gerador MWM (OEM 905692000081)		Nacional Peças Uberaba	1	
	ensor Pressão De Óleo VDO 1/8npt 0 A 10 Bar		Servicgera	1	
	Sensor Pressão Óleo M10x1.0 10Bar Motor MWM (Ref: T12919075)		Anchieta	1	
<b>CÓDIGO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>PÁGINAS</b>	<b>EMPRESA</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>UNIT (R\$)</b>
<b>M 14</b>	<b>Sensor de Temperatura da Água</b>			Unid.	#DIV/0!
	Sensor 1 Polo Temperatura Água 12Vcc (PN 905692000071E)		Stemac	1	
	Sensor Temperatura MWM X10 VDO 120°C (Rosca M10x1,0)		Hipervarejo	1	
	Sensor Temperatura MWM X10/X12 (PN 2R0919501B)		Sorasa Autopeças	1	
<b>CÓDIGO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>PÁGINAS</b>	<b>EMPRESA</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>UNIT (R\$)</b>
<b>M 15</b>	<b>Captador Magnético de Rotação (Pickup)</b>			Unid.	#DIV/0!
	Sensor Magnético Pick-up Simples 5/8" (78mm)		Stemac	1	
	Sensor de Velocidade - Pick-Up Magnético Modelo MSP677		Lord Energy	1	
	Sensor de Velocidade Pick-Up Magnético MSP675		Gen Parts Brasil	1	
<b>CÓDIGO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>PÁGINAS</b>	<b>EMPRESA</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>UNIT (R\$)</b>
<b>M 16</b>	<b>Contadora de Potência (Transferência)</b>			Unid.	#DIV/0!
	Contator Tripolar ABB AF205-30-22-13 (Corrente AC-1 de 350A)		Stemac	1	
	Contator de Potência 250A 2NA+2NF 220Vca WEG CWM250		Loja Elétrica	1	
	Contator 250A 220V 50/60Hz 2NA+2NF 3TS54220AN2 Siemens		Dimensional	1	
<b>CÓDIGO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>PÁGINAS</b>	<b>EMPRESA</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>UNIT (R\$)</b>
<b>M 17</b>	<b>Relés auxiliares</b>			Unid.	#DIV/0!
	relé de potência metalex nt90tp 12v 30-40a		Stemac	1	
	Rele De Potencia NT90TPNCE 40AMP NA /30AMP NF 1REV.		Casa dos Reles	1	
	Relé De Potência 30/40a 12v 1na+1nf Nt90tpnce12cb		Eletro.rt	1	
<b>CÓDIGO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>PÁGINAS</b>	<b>EMPRESA</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>UNIT (R\$)</b>
<b>M 18</b>	<b>Jogo de Juntas Superior (Cabeçote/valvulas)</b>			Jogo	#DIV/0!
	Jogo de Juntas Cabeçote Motor MWM X10 - 6 Unidades (PN 961088540184K1)		Roval Peças	1	
	Jogo Juntas Superior Motor MWM X10 6 Cilindros (Ref: 961080130156)		MSAM	1	
	Junta do Cabeçote Motor MWM X10 4/6 Cil (PN 2S0103383F)		Anchieta Peças	1	
<b>CÓDIGO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>PÁGINAS</b>	<b>EMPRESA</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>UNIT (R\$)</b>
<b>M 19</b>	<b>Retentor do Virabrequim (Traseiro)</b>			Unid.	#DIV/0!
	Retentor traseiro do virabrequim MWM 4.10 / 6.10 / 6.12 (PN 961258560034E)		Stemac	1	
	Retentor Traseiro Volante Motor MWM X10/X12 (PN 961258560034E)		MSAM	1	
	Retentor Traseiro Virabrequim MWM X10/X12 - Sabó (Código 02872BRAGF)		Pitstop	1	
<b>CÓDIGO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>PÁGINAS</b>	<b>EMPRESA</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>UNIT (R\$)</b>
<b>M 20</b>	<b>Retentor do Virabrequim (Dianteiro)</b>			Unid.	#DIV/0!
	Retentor Dianteiro Virabrequim MWM 4.10/6.10/6.12 (PN 7001171C1E)		Stemac	1	
	Retentor Polia Dianteira Motor MWM X10/X12 (PN 961058560014)		MSAM	1	
	Retentor Virabrequim Dianteiro MWM X10 (Ref: 02871BRAGF)		Roval Peças	1	
<b>CÓDIGO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>PÁGINAS</b>	<b>EMPRESA</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>UNIT (R\$)</b>
<b>M 21</b>	<b>Coxins de Apoio do Motor (Antivibratórios)</b>			Unid.	#DIV/0!
	Amortecedor de Vibração para Base Egaña ST 1300		Stemac	1	
	Coxim Traseiro Fixação Motor MWM X10 (Ref: 2SB199381)		Tuttonline	1	
	Coxim Motor Dianteiro MWM X10 6 Cilindros (Ref: REI R1206)		Roval Peças	1	
<b>CÓDIGO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>PÁGINAS</b>	<b>EMPRESA</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>UNIT (R\$)</b>
<b>M 22</b>	<b>Turboalimentador (Conjunto Central)</b>			Unid.	#DIV/0!
	Conjunto Central Rotativo Master Power para Motores MWM X10		RS Performance	1	
	Conjunto Central Rotativo T300 MWM 6.10 TCA X10		Master Turbinas	1	
	Conjunto Central Rotativo MP350 MWM TD 229 802433 MP		Maidana Turbos	1	
<b>CÓDIGO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>PÁGINAS</b>	<b>EMPRESA</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>UNIT (R\$)</b>
<b>M 23</b>	<b>Junta do Coletor de Escape</b>			Unid.	#DIV/0!
	Kit Junta Coletor Escape Motor MWM X10 p/ 6 Cilindros (Ref: TAE129589A)		Roval Peças	1	
	Junta Coletor Escape MWM X10 (PN 961058530364E)		MSAM	1	
	Junta Coletor Escape Motor MWM X10 (Unitário)		Anchieta Peças	1	
<b>CÓDIGO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>PÁGINAS</b>	<b>EMPRESA</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>UNIT (R\$)</b>
<b>M 24</b>	<b>Silencioso (Escapamento)</b>			Unid.	#DIV/0!
	silencioso p/ grupo gerador com flange entrada/saída padrão hospitalar 4 polegadas		Stemac	1	
	Silencioso Hospitalar 4 " Polegadas		voltmac	1	
	Silencioso Hospitalar 4" Polegadas		Quality	1	




CÓDIGO	DESCRIÇÃO	PÁGINAS	EMPRESA	UNIDADE	UNIT (R\$)
<b>M 25</b>	<b>Ponte Retificadora de Diodos (Alternador)</b>			<b>Unid.</b>	<b>#DIV/0!</b>
	Ponte Retificadora de Diodos 330-25777A 33025777A Para Geradores e Alternadores Leroy Somer LSA422		Lord Energia	1	
	Ponte Retificadora de Diodos modelo Redonda		Soto	1	
	Ponte Retificadora De Diodos 330-25777 Retificador De Wefcv		Mercado Livre	1	
<b>CÓDIGO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>PÁGINAS</b>	<b>EMPRESA</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>UNIT (R\$)</b>
<b>M 26</b>	<b>Regulador Automático de Tensão (AVR)</b>			<b>Unid.</b>	<b>#DIV/0!</b>
	regulador de tensão kva/weg k38l 4,5a		Stemac	1	
	Regulador De Tensão Avr-a-opt-03 18a (alternadores Weg)		Mercado Livre	1	
	Regulador Eletrônico de Tensão (AVR) Modelo R449 para Alternador Leroy Somer		Gen Parts	1	
<b>CÓDIGO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>PÁGINAS</b>	<b>EMPRESA</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>UNIT (R\$)</b>
<b>M 27</b>	<b>Rolamentos do Alternador de Potência</b>			<b>Par</b>	<b>#DIV/0!</b>
	Rolamento Rígido de Esferas SKF 6312-Z/C3		Abecom	1	
	6314/C3 - Rolamentos Rígidos de Esferas - SKF		Irsa	1	
	Rolamento Rígido de Esferas NSK 6314 ZC3			1	


ANEXO IV.5 – COMPOSIÇÃO

 <p>FUNDAÇÃO FLORESTAL</p>		COMPOSIÇÃO				BOLETINS DE REFERÊNCIA		
				CDHU: VERSÃO 200 - 01/2026				
				SINAPI SP 01/2026				
				L.S.: 128,23%				
Base	Código		Unidade	Qtd.	Valor Des.	PServ	Total	
<b>Composição</b>	<b>COMP 01</b>	<b>Manutenção Preventiva Mensal</b>	<b>Unid.</b>				<b>R\$ -</b>	
CDHU	B.01.000.010117	Eletrotécnico montador	H	4,00		R\$ -	R\$ -	
CDHU	B.01.000.020119	Engenheiro senior de elétrica	H	2,00		R\$ -	R\$ -	
Base	Código		Unidade	Qtd.		PServ	Total	
<b>Composição</b>	<b>COMP 02</b>	<b>Manutenção Preventiva Trimestral</b>	<b>Unid.</b>				<b>R\$ -</b>	
CDHU	B.01.000.010117	Eletrotécnico montador	H	6,00		R\$ -	R\$ -	
CDHU	B.01.000.020119	Engenheiro senior de elétrica	H	2,00		R\$ -	R\$ -	
CDHU								
Base	Código		Unidade	Qtd.		PServ	Total	
<b>Composição</b>	<b>COMP 03</b>	<b>Manutenção Preventiva Semestral ou 250 horas</b>	<b>Unid.</b>				<b>R\$ -</b>	
CDHU	B.01.000.010117	Eletrotécnico montador	H	8,00		R\$ -	R\$ -	
ORSE	14421	Filtro de combustível para motores à diesel	un	2,00		R\$ -	R\$ -	
ORSE	14420	Filtro de óleo lubrificante para motores a diesel	un	1,00		R\$ -	R\$ -	
ORSE	14422	Filtro de ar para motores à diesel	un	1,00		R\$ -	R\$ -	
SINAPI	00004227	OLEO LUBRIFICANTE MINERAL MONOVISCO, SAE 40, PARA MOTORES DE EQUIPAMENTOS PESADOS (CAMINHOS, TRATORES, RETROS E ETC)	I	20,00		R\$ -	R\$ -	
CDHU	B.01.000.020119	Engenheiro senior de elétrica	H	2,00		R\$ -	R\$ -	

 FUNDAÇÃO FLORESTAL		COMPOSIÇÃO			BOLETINS DE REFERÊNCIA		
Base	Código		Unidade	Qtd.	PServ	Total	
Composição	COMP 04	Manutenção Preventiva Anual ou 500 horas	Unid.			R\$ -	
CDHU	B.01.000.010117	Eletrotécnico montador	H	8,00	R\$ -	R\$ -	
ORSE	14421	Filtro de combustível para motores à diesel	un	2,00	R\$ -	R\$ -	
ORSE	14420	Filtro de óleo lubrificante para motores a diesel	un	1,00	R\$ -	R\$ -	
ORSE	14422	Filtro de ar para motores à diesel	un	2,00	R\$ -	R\$ -	
ORSE	14423	Líquido de arrefecimento (aditivo) para geradores à diesel. Inclusive mão de obra de limpeza do reservatório	l	30,00	R\$ -	R\$ -	
SINAPI	00004227	OLEO LUBRIFICANTE MINERAL MONOVISCO, SAE 40, PARA MOTORES DE EQUIPAMENTOS PESADOS (CAMINHOS, TRATORES, RETROS E ETC)	l	20,00	R\$ -	R\$ -	
ORSE	3026	Correia Mult "V" 3T B60	un	2,00	R\$ -	R\$ -	
CDHU	B.01.000.020119	Engenheiro senior de elétrica	H	3,00	R\$ -	R\$ -	
Base	Código		Unidade	Qtd.	PServ	Total	
Composição	COMP 05	Manutenção Preventiva Biental	Unid.			R\$ -	
CDHU	B.01.000.010117	Eletrotécnico montador	H	12,00	R\$ -	R\$ -	
ORSE	14421	Filtro de combustível para motores à diesel	un	2,00	R\$ -	R\$ -	
ORSE	14420	Filtro de óleo lubrificante para motores a diesel	un	1,00	R\$ -	R\$ -	
ORSE	14422	Filtro de ar para motores à diesel	un	2,00	R\$ -	R\$ -	
ORSE	14423	Líquido de arrefecimento (aditivo) para geradores à diesel. Inclusive mão de obra de limpeza do reservatório	l	30,00	R\$ -	R\$ -	
SINAPI	00004227	OLEO LUBRIFICANTE MINERAL MONOVISCO, SAE 40, PARA MOTORES DE EQUIPAMENTOS PESADOS (CAMINHOS, TRATORES, RETROS E ETC)	l	20,00	R\$ -	R\$ -	
ORSE	3026	Correia Mult "V" 3T B60	un	2,00	R\$ -	R\$ -	
CDHU	B.01.000.020119	Engenheiro senior de elétrica	H	4,00	R\$ -	R\$ -	
Base	Código		Unidade	Qtd.	PServ	Total	
Composição	COMP 06	Manutenção Preventiva Quinquenal	Unid.			R\$ -	
CDHU	B.01.000.010117	Eletrotécnico montador	H	12,00	R\$ -	R\$ -	
ORSE	14421	Filtro de combustível para motores à diesel	un	2,00	R\$ -	R\$ -	

 FUNDAÇÃO FLORESTAL		COMPOSIÇÃO					BOLETINS DE REFERÊNCIA	
ORSE	14420	Filtro de óleo lubrificante para motores a diesel	un	1,00		R\$ -	R\$ -	
ORSE	14422	Filtro de ar para motores a diesel	un	2,00		R\$ -	R\$ -	
ORSE	14423	Líquido de arrefecimento (aditivo) para geradores a diesel. Inclusive mão de obra de limpeza do reservatório	l	30,00		R\$ -	R\$ -	
SINAPI	00004227	OLEO LUBRIFICANTE MINERAL MONOVISCO, SAE 40, PARA MOTORES DE EQUIPAMENTOS PESADOS (CAMINHOS, TRATORES, RETROS E ETC)	l	20,00		R\$ -	R\$ -	
ORSE	3026	Correia Mult "V" 3T B60	un	2,00		R\$ -	R\$ -	
ORSE	12853	Bateria estacionária selada DF3000, 185Ah, 12V FREEDOM ou similar	un	1,00		R\$ -	R\$ -	
CDHU	B.01.000.020119	Engenheiro senior de elétrica	H	4,00		R\$ -	R\$ -	
Base	Código		Unidade	Qtd.		PServ	Total	
Composição	COMP 07	Serviço técnico Agendado (horário comercial)	HT				R\$ -	
CDHU	B.01.000.010117	Eletrotécnico montador	H	1,00		R\$ -	R\$ -	
CDHU	B.01.000.020119	Engenheiro senior de elétrica	H	0,10		R\$ -	R\$ -	
Base	Código		Unidade	Qtd.		PServ	Total	
Composição	COMP 08	Serviço técnico Emergencial (horário comercial)	HT				R\$ -	
CDHU	B.01.000.010117	Eletrotécnico montador	H	1,50		R\$ -	R\$ -	
CDHU	B.01.000.020119	Engenheiro senior de elétrica	H	0,10		R\$ -	R\$ -	
Base	Código		Unidade	Qtd.		PServ	Total	
Composição	COMP 09	Serviço técnico Emergencial (fora do horário comercial)	HT				R\$ -	
CDHU	B.01.000.010117	Eletrotécnico montador	H	2,00		R\$ -	R\$ -	
CDHU	B.01.000.020119	Engenheiro senior de elétrica	H	0,10		R\$ -	R\$ -	
Base	Código		Unidade	Qtd.		PServ	Total	
Composição	COMP 10	Avaliação e diagnóstico inicial do equipamento	Unid.				R\$ -	
CDHU	B.01.000.010117	Eletrotécnico montador	H	16,00		R\$ -	R\$ -	
CDHU	B.01.000.020119	Engenheiro senior de elétrica	H	3,00		R\$ -	R\$ -	

#### ANEXO IV.6 – OUTRAS BASES

 FUNDAÇÃO FLORESTAL		OUTRAS BASES		BOLETINS DE REFERÊNCIA
		SINAPI SP_01/2026	SBC_02/2026	
		EMBASA_06/2025	ORSE_12/2025	
<b>Base</b>	<b>Código</b>	<b>Descrição</b>	<b>Un</b>	<b>Custo Total</b>
EMBASA	60.20.05	MONTAGEM E INSTALACAO DE PAINEL DE CONTROLE / RETIFICADORES	T	
ORSE	7358	Atenuador / silenciador de ruído de 85 db à 1,5m, para GMG - Grupo Motor Gerador de 150 kva (conjunto de aspiração, exaustão-900x1200x1000mm e painel acústico com porta-900x2100mm)	cj	
ORSE	10796	Quadro de transferência automática p/ grupo de geradores até 50 kva	un	
ORSE	11980	Bateria estacionária selada DF3000, 185Ah, 12V FREEDOM ou similar	un	
ORSE	13046	Laudo de Vistoria de SPDA e ART com medição de continuidade ou resistividade do aterramento, exclusive deslocamento de equipe técnica	UN	
ORSE	13340	Fornecimento e montagem de quadro de comando partida direta 5 CV 220V em chapa de ferro, 50x40x20cm, contendo disjuntores, relé, contadores, chave seletora, botão pulso, sinaleiros e bornes (completo)	un	
ORSE	14049	Remoção de ar condicionado tipo de janela	un	
ORSE	14420	Filtro de óleo lubrificante para motores a diesel	un	
ORSE	14421	Filtro de combustível para motores à diesel	un	
ORSE	14422	Filtro de ar para motores à diesel	un	
ORSE	14423	Líquido de arrefecimento (aditivo) para geradores à diesel. Inclusive mão de obra de limpeza do reservatório	l	
ORSE	14424	Limpeza e verificação das conexões elétricas em gerador à diesel	un	
ORSE	14425	Manutenção de motor à diesel de gerador. Incluso revisão no alternador	un	
ORSE	14426	Relatório técnico de manutenção de gerador. Incluso ART	un	
ORSE	14427	Limpeza de tanque de armazenamento de combustível de gerador a diesel	un	
ORSE	14428	Limpeza de da bomba injetora, bicos e descontaminação da linha de diesel do motor de geradores	un	
ORSE	12853	Bateria estacionária selada DF3000, 185Ah, 12V FREEDOM ou similar	un	
ORSE	01795	Corrimão de madeira em sucupira - Rev 01	M	
ORSE	10796	Quadro de transferência automática p/ grupo de geradores até 50 kva	un	
ORSE	13617	Manutenção preventiva para gerador a diesel	un	
ORSE	3026	Correia Mult "V" 3T B60	un	
SBC	64565	QUADRO DE TRANSFERENCIA AUTOMATICA P/GRUPO GERADOR 150KVA	UN	
SINAPI	00004227	OLEO LUBRIFICANTE MINERAL MONOVISCO, SAE 40, PARA MOTORES DE EQUIPAMENTOS PESADOS (CAMINHOS, TRATORES, RETROS E ETC)	l	

## ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO

### ANEXO V.1

#### MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO (EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº 90021/2026, Processo nº 262.00001724/2026-55, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

- cumprir as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e
- atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação

Local, na data da assinatura digital.

\_\_\_\_\_  
Nome e Assinatura do representante legal

## ANEXO V.2

### DECLARAÇÃO SOBRE REGIME TRIBUTÁRIO E RETENÇÕES APLICÁVEIS (EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE)

Razão Social: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Telefones: \_\_\_\_\_

E-mails: \_\_\_\_\_

Prezados (as),

Em cumprimento às exigências do Pregão Eletrônico nº 90021/2026, Processo nº 262.00001724/2026-55, referente à contratação para prestação de serviços ou fornecimento de bens, declaramos, para os devidos fins, que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, adota o seguinte regime tributário:

- ( ) Lucro Real
- ( ) Lucro Presumido
- ( ) Simples Nacional – com retenções obrigatórias
- ( ) Simples Nacional – com isenção de retenções, conforme disposto no §1º do art. 4º da IN RFB nº 1.234/2012

Adicionalmente, declaramos que:

- Estamos cientes das retenções tributárias aplicáveis (INSS, IRRF, CSRF – PIS/COFINS/CSLL, ISS), conforme previsto na legislação vigente, notadamente na IN RFB nº 1.234/2012, IN RFB nº 971/2009, Lei nº 10.833/2003, Lei nº 9.430/1996, Lei Complementar nº 116/2003 e demais normativos correlatos;

- Em caso de isenção de alguma retenção, nos comprometemos a apresentar os documentos comprobatórios exigidos para cada caso, inclusive a Declaração de Inaplicabilidade de Retenção, se aplicável;

- Nos responsabilizamos pela veracidade das informações prestadas nesta declaração, estando cientes de que qualquer omissão ou erro poderá ensejar glosa, retenção ou responsabilização conforme a legislação vigente.

Local, na data da assinatura digital.

\_\_\_\_\_  
Nome e Assinatura do representante legal

## ANEXO VI

### MODELOS REFERENTES À VISTORIA PRÉVIA

#### ANEXO VI.1

### DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO PRECEDIDA DE VISTORIA (ELABORADA PELO LICITANTE)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de



\_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº 90021/2026, Processo nº 262.00001724/2026-55, DECLARO que o licitante tem conhecimento do(s) local(is) e das condições da realização do objeto da licitação, e que realizou vistoria prévia no(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação, colhendo todas as informações e subsídios necessários para a elaboração da sua proposta.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

Local, na data da assinatura digital.

\_\_\_\_\_  
Nome e Assinatura do representante legal

## ANEXO VI.2

### DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO (ELABORADA PELO LICITANTE)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº 90021/2026, Processo nº 262.00001724/2026-55, DECLARO que o licitante tem conhecimento do(s) local(is) e das condições da realização do objeto da licitação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

Local, na data da assinatura digital.

\_\_\_\_\_  
Nome e Assinatura do representante legal

## ANEXO VI.3

### DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DA CONTRATAÇÃO (ELABORADA PELO LICITANTE)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de responsável técnico de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº 90021/2026, Processo nº 262.00001724/2026-55, DECLARO que o licitante tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

Local, na data da assinatura digital.

\_\_\_\_\_  
Nome e Assinatura do representante legal

## ANEXO VII - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Está disponível para download nos links abaixo:

<https://fflorestal.sp.gov.br/editais/editais-de-licitacao/editais-de-pregao-eletronico/> e

<https://www.gov.br/pncp/pt-br>



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Levkovicz, Diretor Executivo**, em 19/05/2026, às 11:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.sp.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0107778512** e o código CRC **E152AA50**.

## ESP-FUND.P/CONSERV.PROD.FLORESTAL DO EST.SP

## Termo de Referência 13/2026

FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO  
(Processo Administrativo nº 262.00001724/2026-55)

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de Serviços de manutenção preventiva periódica e manutenção corretiva sob demanda para o grupo motor gerador a diesel instalado no Núcleo Perequê do Parque Estadual Ilha do Cardoso com fornecimento de material, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNID.	QNT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Avaliação e diagnóstico inicial do equipamento	2356	Unid.	01	R\$ 1.497,15	R\$ 1.497,15
02	Manutenção Preventiva	2356	Vb.	01	R\$ 60.942,57	R\$ 60.942,57
03	Manutenção Corretiva	2356	Vb.	01	R\$ 152.949,30	R\$ 152.949,30

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.1.3. O objeto desta contratação não inclui o emprego de bens de luxo, nos termos do Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O prazo de vigência da contratação é 1 (um) ano, contados da assinatura da ordem de serviço na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que os valores dos serviços registrados são vantajosos, na forma do artigo 84 da mesma lei.

1.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

## Subcontratação

1.5. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar e Planilha orçamentária, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

## **Sustentabilidade**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

- 4.1.1. As empresas vencedoras deverão atender os requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis como critérios e práticas de sustentabilidade socioambiental;
- 4.1.2. Os materiais descritos neste Termo de Referência deverão atender as exigências de todas as normas e certificações (ABNT, NBR) vigentes, transportados em suas embalagens originais, contendo as indicações de marca, fabricante, procedência, de acordo com a legislação em vigor e com todas as normas pertinentes;
- 4.1.3. Nos serviços eventuais e de manutenção elétrica, deverão ser priorizadas o uso de cabos e fios de alta eficiência elétrica e baixo teor de chumbo e de policloreto de vinila – PVC;
- 4.1.4. Realizar a coleta e destinação seletiva dos resíduos e itens para reutilização ou reciclagem, quando couber, de acordo com a Resolução CONAMA n.º 307/2002 do Ministério do Meio Ambiente, a qual estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

## **Garantia da contratação**

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## **Vistoria**

4.3. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim.

4.4. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.5. Para a vistoria, o representante legal do fornecedor ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pelo fornecedor comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.6. As visitas deverão ser agendadas através de telefone ou e-mail com o gestor da unidade. Os contatos poderão ser feitos conforme dados abaixo:

- Contato: Emily Coutinho
- E-mail: ilhacardoso@fflorestal.sp.gov.br
- Telefone Fixo: (13) 3851-1163/1108

4.7. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal de seu representante legal de que conhece o local e as condições da realização do objeto, ou declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.8. O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que será realizado o objeto da contratação.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Especificação do objeto**

5.1. O objeto desta contratação consiste na manutenção preventiva e corretiva conforme condições descritas neste item 5, incluindo fornecimento de mão de obra e material para os equipamentos especificado abaixo:

5.1.1. Grupo Motor Gerador Diesel (GMG);

- Potência nominal: 150 kVA;
- Fabricante do GMG: STEMAC;
- Motor: MWM – modelo 6.10T;
- Alternador: Cramaco – 220V;
- Sistema de controle:
- Controlador do GMG: DSE8610;
- Controlador do QTA: DSE8660;

5.2. Aplicação: Sistema offgrid híbrido, operando como backup do sistema fotovoltaico;

5.3. Local de instalação: Núcleo Perequê – Parque Estadual da Ilha do Cardoso.

### **Condições de execução**

5.4. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

### **Mobilização**

5.5. Só será emitida a Ordem de Início de Serviço pelo Setor de Engenharia e Infraestrutura no ato da entrega das Anotações de Responsabilidade Técnica- ART ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT pela contratada que aponte todos os serviços a serem executados. Todos os documentos só serão considerados como válidos se comprovado o pagamento. No caso dos documentos da

equipe, também há possibilidade de entrega de TRT – Termo de Responsabilidade Técnica. Apenas a entrega de todos os documentos viabilizará assinatura da Ordem de Início.

5.6. Início da execução do objeto: Em até 15 (quinze) dias a contar da emissão da ordem de serviço;

### **Diagnostico inicial**

5.7. A Contratada deverá, nos primeiros 15 dias de contrato, realizar um diagnóstico completo do estado do equipamento, emitindo relatório técnico sobre o estado de funcionamento e apontando eventuais correções imediatas necessárias para que a contratada assuma a garantia do funcionamento seu funcionamento, contendo minimamente:

5.7.1. **Vistoria de Conformidade:** Levantamento integral do estado físico do motor e alternador.

5.7.2. **Auditoria dos painéis eletrônicos:** Verificação da parametrização dos módulos DSE 8610 e 8660, conferindo a lógica de sincronismo, divisão de carga e proteções configuradas.

5.7.3. **Verificação do sistema de Arrefecimento,** incluindo mangueiras (ressecamento) e condições do radiador.

5.7.4. **Testes de Estanqueidade e Elétricos:** Verificação de vazamentos de fluidos e teste de Megagem (resistência de isolamento) do estator e rotor do alternador.

5.7.5. **Verificação do sistema de Combustível,** incluindo o estado de limpeza do tanque e necessidade de substituição de filtros e outros componentes.

5.7.6. **Emissão de Laudo Técnico:** Documento consolidado apontando eventuais correções imediatas necessárias para que a contratada assuma a garantia do funcionamento.

5.7.7. Se necessário, **orçamento das intervenções necessárias** com base na planilha orçamentária de contrato. (clausula de valor)

5.7.8. **Plano de manutenção preventiva** com as datas programadas das manutenções periódicas durante a vigência do contrato.

### **Plano de Manutenção Preventiva (Ciclo de 5 Anos)**

5.8. Deverão ser observados as periodicidades e serviços mínimos abaixo estabelecidos:

#### **5.8.1. Mensal (Inspeção e Teste)**

- Ações: Teste de funcionamento em vazio (15-20 min); verificação de níveis de óleo e arrefecimento; inspeção de vazamentos; verificação da tensão das baterias e do carregador; limpeza externa.
- Trocas: Nenhuma (apenas reposição de níveis, se necessário).

#### **5.8.2. Trimestral:**

- Ações: Tudo da mensal + Inspeção de correias, mangueiras, abraçadeiras, filtros de ar e teste de transferência sob carga real da edificação.
- Trocas: Nenhuma (apenas reposição de níveis, se necessário).

#### **5.8.3. Semestral ou 250 Horas (Manutenção Básica)**

- Ações: Tudo da trimestral + reaperto de coxins e conexões elétricas; teste de transferência com carga (se permitido pela edificação).
- Trocas obrigatórias:

- I. Filtro de combustível (Primário/Sedimentador e Secundário).
- II. Filtro de Óleo Lubrificante.
- III. Óleo Lubrificante (mineral 15W40 ou conforme especificação MWM).
- IV. Filtro de Ar (inspeção e limpeza; troca se o indicador de restrição acusar).

#### **5.8.4. Anual ou 500 Horas (Manutenção Intermediária)**

- Ações: Tudo da semestral + limpeza do radiador (externa); aferição de sensores e instrumentos de painel; verificação de firmware dos módulos DSE; verificação do estado das correias.

- Trocas obrigatórias:

- I. Filtro de Ar (substituição definitiva).
- II. Líquido de Arrefecimento (Drenagem e nova solução com aditivo anticorrosivo).
- III. Correias do alternador/ventilador (conforme estado, recomendada a troca preventiva).
- IV. Substituição de óleo lubrificante, filtros (óleo, combustível e sedimentador).

#### **5.8.5. Bienal (2 anos)**

- Ações: Tudo da anual + Limpeza e drenagem do tanque de combustível, reaperto de conexões de força (com termografia) e troca do fluido de arrefecimento.

#### **5.8.6. Quinquenal (5 anos)**

- Ações: Revisão geral, incluindo a calibração de bicos injetores e bomba injetora (MWM), substituição de mangotes, baterias e rolamentos do alternador.



### Manutenção Corretiva Emergencial

5.10. Este item deve ser orçado por Preços Unitários conforme tabela de serviços e insumos contantes na planilha orçamentária anexa e atender aos critérios abaixo:

5.10.1. Atendimento técnico para diagnóstico e reparo de falhas imprevistas, com disponibilidade 24/7 e tempo de resposta (SLA) de:

- 4 (três) horas para acionamento realizados de segunda a sábado acionado entre 7h e 16h.
- 5 (cinco) horas para acionamento realizados domingos e feriados entre 7h e 15h.
- 6 (seis) para acionamentos nos demais dias e horários

5.10.2. O que deve estar incluído:

- **Mão de Obra Especializada:** Disponibilidade de técnicos capacitados para intervenções em motores e sistemas de controle existentes.
- **Diagnóstico de Falhas:** Utilização de ferramentas de scanner e medição para identificação de erros no módulo de controle. Apresentar relatório técnico detalhado e orçamento de peças para correção em até 24 horas após a chegada do técnico ao local.
- **Substituição de Peças:** Fornecimento de peças originais ou de qualidade equivalente, conforme tabela existente.
- **Testes Pós-Reparo:** Re-comissionamento do sistema após a correção para validar a entrega da carga nominal.
- **Relatório Técnico de Ocorrência (RTO):** Emissão de documento detalhando a "Causa Raiz" da falha, peças substituídas e testes de liberação pós-corretiva.

5.10.3. Caso o defeito exija substituição de peça e não haja disponibilidade imediata da mesma, deverá ser informado o prazo para correção, não podendo ultrapassar 15 dias, salvo caso específico alheio a contratada, que deverá ser justificado formalmente junto a gestão do contrato.

### Obrigações da Contratada

5.11. Caberá à Contratada fornecer todos os equipamentos individuais de proteção aos operários, tais como: capacetes, cintos de segurança, luvas, botas, máscaras, etc., de acordo com as prescrições específicas em vigor. Caberá à Contratada, também, executar os andaimes que se fizerem necessários, estritamente de acordo com as normas de segurança estabelecidas pela ABNT.

5.12. O local deverá ser entregue em perfeitas condições de uso e limpeza, ficando sob a responsabilidade da Contratada a retirada diária de todos os resíduos ou lixo proveniente das atividades realizadas com destinação final adequada.

5.13. A separação dos resíduos decorrentes da construção civil deverá ser absorvida como prática de racionalização do canteiro de obras. Os materiais deverão ser separados, limpos e encaminhados para destinação final.

5.14. Manter canal de comunicação (telefone/e-mail) disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, para abertura de chamados emergenciais.

5.15. Relatório de Serviço (RAT): Emitir, ao final de cada visita (preventiva ou corretiva), um Relatório de Assistência Técnica detalhando o estado do equipamento, horímetro, níveis de fluidos, peças substituídas e recomendações de uso.

5.16. Livro de Ocorrências: Manter atualizado o histórico de intervenções junto ao equipamento, de forma a permitir a rastreabilidade das manutenções realizadas.

### Sinalizações

5.17. Também será de responsabilidade da contratada os avisos necessários aos isolamentos dos locais com intervenção em execução, alertando aos visitantes, usuários e funcionários áreas que estejam oferecendo algum tipo de risco ou que estejam temporariamente impedidas de uso. Deverá ser mantida estreita relação com a gestão da UC para estratégias de cronologia das atividades que interfiram da menor maneira possível na rotina do local sempre em atenção ao respeito e preservação dos atributos naturais envolvidos. Os isolamentos deverão ser feitos em material de qualidade, preservando a boa aparência do local permitindo que não impacte em demasia na experiência dos visitantes, sempre, em especial garantindo a total segurança e limpeza dos ambientes e seus entornos.

### Precauções relativas à unidade de conservação

5.18. A empresa Contratada deverá ser orientada e, também, orientar quanto aos procedimentos e cuidados que deverá tomar com seus funcionários e com a própria condução dos serviços, por tratarem-se de intervenções em Unidades de Conservação, onde nada deverá ser retirado e a pesca e a caça estão proibidas. Qualquer dano ou prejuízo à Unidade de Conservação, decorrente de ato ou omissão por parte da Contratada ou de seus funcionários, deverá ser reparado/ressarcido pela mesma, nos termos da legislação vigente. A transgressão das regras e normas da Unidade de Conservação por parte de qualquer funcionário da empresa implicará na imediata retirada de toda equipe do interior da Unidade.

5.19. A empresa Contratada deverá tomar todas as precauções e cuidados inerentes à execução de um serviço dentro de uma Unidade de Conservação. A execução deverá ser planejada de modo a causar o menor impacto possível à fauna e flora locais o que deve estar devidamente exposto e detalhado no Plano de Gestão Ambiental a ser elaborado pela CONTRATADA. Todos os funcionários da empresa, deverão ser informados e conscientizados sobre a fragilidade do ambiente e das especificidades dos locais de atuação deste contrato.

## **Materiais e equipes a serem disponibilizados**

5.20. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades e qualidades necessárias, promovendo sua substituição quando necessário:

5.20.1. Todos os materiais e equipamentos, salvo o disposto contrário em contrato, serão fornecidos pela contratada, serão de primeira qualidade e todos os serviços executados em completa obediência aos princípios de boa técnica, devendo ainda, satisfazer rigorosamente às Normas Brasileiras;

5.20.2. A empresa contratada deverá sincronizar sua logística de entrega de material para que não haja armazenamento inadequado no interior da unidade, devendo ser providenciado o transporte, inclusive aquático, quando aplicável, aos locais de sua utilização nas entregas, onde deverá existir local já organizado para o estoque de material.

5.20.3. No fornecimento de materiais, quando necessário, deverá ser fornecida cópia da nota fiscal de equipamento para patrimônio, garantia e manual de instruções em português.

5.20.4. Os materiais a serem empregados deverão respeitar os critérios e especificações técnicas apresentados pelos boletins referenciais e ainda das normas ABNT e estarão sujeitos em qualquer momento, à aprovação ou rejeição dos responsáveis pela fiscalização da execução do serviço, independentemente de sua aplicação.

5.21. Os deslocamentos referentes a funcionários serão de responsabilidade da CONTRATADA e seus custos já estão incluídas no BDI.

5.22. Todos os deslocamentos (terrestres, náutico e/ou aéreo) referentes a funcionários próprios e/ou terceirizados será de responsabilidade da CONTRATADA e seus custos já estão incluídas nos valores das composições.

5.23. Será de responsabilidade da contratada garantir a segurança de seus equipamentos, materiais, funcionários e das edificações durante a execução dos serviços.

5.23.1. O armazenamento eventual de equipamentos e materiais no local dos serviços deverá ser previamente solicitado e autorizado pela gestão da UC.

5.23.2. Caso seja necessário a guarda e armazenamento de equipamentos e/ou materiais no interior da UC, durante a vigência contrato, será de responsabilidade da CONTRATADA a garantia da sua segurança;

5.23.3. Todos os equipamentos e materiais deverão ser acondicionados de forma a garantir o cumprimento das normas técnicas e ambientais.

## **Utilização da madeira**

5.24. Toda e qualquer madeira a ser empregada deverá ser preferencialmente do tipo eucalipto citriodora, e tratada em autoclave com hidrossolúveis da classe CCA tipo C (Arseniato de Cobre Cromatado CCA – tipo C Óxido), índice de retenção mínima de 9,6 Kg IA/m³ em conformidade com as normas ABNT vigentes e de produtos de madeira com qualidade ambiental sob Registro do IBAMA.

5.25. Nos casos em que o memorial ou critério do item de planilha já definir a espécie ou parâmetros da madeira a ser utilizada, esta deve ser atendida impreterivelmente. As medições de serviços que envolverem a utilização de madeiras deverão ser acompanhadas dos documentos pertinentes a cada lote entregue sendo, minimamente:

- Documento de Origem Florestal
- Atestado de tratamento da madeira – devendo constar dados da empresa (CNPJ e endereço minimamente) que realizou o tratamento, indicando as composições e concentrações dos produtos, e deve indicar a venda específica para a CONTRATADA e qual a NF relacionada. A NF mencionada no documento deverá ser apresentada em conjunto. O documento deverá ser assinado pelo responsável pela empresa.
- Quando for utilizada madeira de espécie nativa, deve ser acompanhada do documento do CADMADEIRA.

## **Atividades**

5.26. Deverão ser atendidas as execuções de todos os serviços que estão estipulados neste Termo de Referência, pormenorizadas nas planilhas, que são parte integrante do contrato.

5.27. Para a manutenção preventiva será indicado neste TR as atividades referentes ao ciclo de 5 (cinco) anos, em função da possibilidade de postergação da vigência do contrato.

5.28. As principais atividades previstas à manutenção dos grupos geradores deverão seguir a especificação mínima abaixo, sem a isto se limitar:

5.28.1. Diagnostico Inicial do Grupo Motor Gerador e respectivos painéis de comando

5.28.2. Plano de Manutenção Preventiva (Ciclo de 5 Anos):

- I. Mensal
- II. Trimestral
- III. Semestral (ou 250 horas)
- IV. Anual (ou 500 horas)
- V. Bienal
- VI. Quinquenal

5.28.3. Manutenção Corretiva Emergencial

5.29. Também deverão ser atendidos os critérios abaixo durante a realização das atividades:

- I. Toda a execução dos serviços e obras, sob completo atendimento das normas ABNT, e melhores práticas de Engenharia, obtendo alta qualidade;
- II. Otimização do reaproveitamento dos materiais;
- III. Estabelecer planos, efetuar controle e mitigação de riscos ambientais;
- IV. Estabelecer planos, efetuar controle e mitigação de riscos de segurança;
- V. Controle dos resíduos das frentes de serviço, incluindo cuidados para não ocorrência de vazamentos, emissões ou lançamento de resíduos e produtos agressivos;
- VI. Controle da movimentação de veículos e equipamentos, minimizando impactos na rotina das comunidades e suas vizinhanças;
- VII. Atendimento de prazos estabelecidos nos cronogramas;
- VIII. Utilização de materiais ecologicamente adequados;
- IX. Utilização de mão de obra especializada e treinada para as condições específicas destes serviços;
- X. Atender integralmente todas as exigências e considerações técnicas constantes no presente Termo;
- XI. Ter pleno conhecimento das condições de acesso dos locais das obras.

5.30. A Contratada deverá manter estreita relação com o representante da Fundação Florestal, a ser formalmente designado, para coordenar todas as ações e para obter aprovação de eventuais propostas de alteração ou revisão técnica.

5.30.1. A Fundação Florestal poderá recomendar ou determinar a interrupção ou suspensão de qualquer serviço em função do tempo climático e/ou risco geotécnico, cabendo à empresa contratada ressarcimento ou compensação a qualquer título, sendo certo que essa condição está contemplada nas negociações estabelecidas entre as partes contratantes. Também deverão ser prontamente atendidas as recomendações da Defesa Civil.

5.31. A Contratada, durante toda a duração dos serviços, deverá manter em adequado funcionamento sua infraestrutura, serviços operacionais de apoio e supervisão:

5.32. Todos os equipamentos devem ser mantidos em condições de pleno funcionamento.

5.33. Deverá haver rígido controle dos resíduos e efluentes gerados, das emissões atmosféricas, além dos materiais utilizados no canteiro. Não serão tolerados, especificamente, desvios quanto a:

- Emissão de fumaça preta e gases de escapamentos acima dos padrões legais;
- Ocorrência de vazamentos;
- Separação, coleta e destinação de resíduos recicláveis;
- Separação, coleta e destinação de resíduos não recicláveis;
- Uso de materiais tóxicos.

5.34. A CONTRATADA deverá respeitar a lógica de operação do sistema híbrido off-grid (fotovoltaico e grupo gerador) existente na UC, abstendo-se de realizar manobras que possam comprometer o funcionamento ou a integridade do sistema fotovoltaico;

5.35. Todos os testes e manutenções do GMG deverão sempre considerar sua função prioritária como sistema de backup energético da UC.

#### **Cronograma físico financeiro**

5.36. O cronograma físico financeiro anexo será o balizador para os pagamentos à empresa contratada. As linhas das atividades demonstram o pagamento proporcional à conclusão de cada etapa.

5.37. A empresa deverá entregar ao início das atividades o Plano de manutenção com as datas de cada uma das atividades determinadas.

5.38. Obrigatoriamente o cronograma deverá ser entregue em MS Project e deverá ser revisado, mensalmente, junto às medições, indicando os avanços e reprogramações necessárias no período.

#### **Produtos a serem elaborados durante a execução dos serviços**

5.39. Todos os produtos solicitados de controle e fiscalização deverão ser entregues mensalmente;

5.40. Em relação a seu conteúdo, os documentos deverão seguir as diretrizes apresentadas nos subitens apresentados abaixo:

5.40.1. Cronograma físico atualizado

- Deve ser entregue mensalmente para liberação de pagamento apontando o desenvolvimento de todas as atividades previstas, necessariamente em MS Project.

5.40.2. Relatório de organização de limpeza do local dos serviços

- A contratada deverá garantir o atendimento às diretrizes de um canteiro limpo, com adequado controle e gerenciamento dos resíduos;
- A contratada deverá entregar mensalmente, relatório descrevendo a forma como estas atividades estão sendo desenvolvidas, quais metas foram propostas, e quais foram alcançadas.

5.40.3. Relatório dos serviços executados:

- Deverá ser entregue para liberação de cada medição mensal;
- Deverá apresentar o resumo de todas as atividades, por semana;

- Deverá conter relatório fotográfico completo;
- Deverá apresentar resumo das ocorrências;
- Deverá apresentar as Cartas e ATAS geradas no período do mês a que se refere;
- Deverá apresentar a evolução dos serviços em andamento

#### 5.40.4. Documentação de Medição

- Planilha de medição do mês referência com serviços executados;
- Cronograma físico-financeiro atualizado;
- Relatório dos serviços executados
- Relatório de Atendimento Técnico (RAT) para as manutenções preventivas;
- Relatório Técnico de Ocorrência (RTO) para as manutenções corretivas;
- Manual e garantia dos equipamentos/peças (se houver troca e substituição)

5.41. O não atendimento a qualquer documentação prevista a ser entregue pela contratada implicará na retenção da medição, a qual será liberada apenas com documentação completa e atualizada. A NF referente aos serviços mensais deverá ser emitida apenas com anuência formal da Fundação Florestal após aferir todos os serviços executados e todos os documentos entregues.

#### Local e horário da prestação dos serviços

5.42. Os serviços serão prestados no Núcleo Perequê do Parque Estadual Ilha do Cardoso - PEIC.

5.43. Os serviços serão prestados preferencialmente de segunda-feira a sexta-feira no horário comercial. Podem ser alterados os horários de execução para que haja menor impacto nas atividades das Unidades quando alinhado com a GESTÃO.

5.44. Os serviços serão executados em local insular, sem acesso rodoviário, sendo obrigatório o deslocamento da equipe técnica por meio de transporte embarcado, a partir de ponto a ser informado pela contratante no município de Cananéia/SP. Todos os custos logísticos, inclusive transporte terrestre e embarcado de pessoal, ferramentas, equipamentos e eventuais peças, serão de responsabilidade da contratada e seus custos estão contemplados no BDI.

#### Especificação da garantia do serviço

5.45. Todos os demais itens e serviços deverão ter sua garantia definida em consonância à NBR 15575-1 e o CDC a contar a partir do seu aceite pela fiscalização.

5.46. Em caso de acionamento de garantia legal ou garantia contratual, a CONTRATADA obriga-se a atender a CONTRATANTE dentro do prazo máximo de 20 dias úteis. Destes vinte dias serão considerados os prazos máximos de cada etapa como se demonstra: 5 (cinco) dias para resposta formal da empresa através de comunicação física ou eletrônica manifestando ciência; e, os demais 15 (quinze) dias para resolução da avaria identificada, devendo ser enviado relatório fotográfico comprovando os serviços quando finalizados. Caso necessário, serão solicitadas revisões ou melhorias aos serviços, gerando novo prazo para atendimento.

#### Supervisão

5.47. A supervisão dos trabalhos estará sob a responsabilidade da Fundação Florestal, que nomeará o gestor do contrato para a supervisão e recebimento dos produtos/ serviços na oportunidade da assinatura do contrato.

5.48. Não serão disponibilizados equipamentos ou outros recursos materiais provenientes da Fundação Florestal, cabendo à contratada dispor de todos os recursos necessários para a realização dos serviços propostos. Bem como a contratada é responsável pela logística de transporte dos funcionários que trabalharão nesta empreitada.

#### Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.49. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

5.50. Caso o equipamento, cuja manutenção é objeto do contrato, tenha seu funcionamento interrompido de forma definitiva (defeito irreparável ou substituição do equipamento), o contrato poderá ser cancelado (distrato), devendo ser pagos apenas os serviços já realizados.

### 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os

poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

#### **Fiscalização**

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

#### **Fiscalização Técnica**

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.10. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

6.11. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, III).

6.12. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

#### **Fiscalização Administrativa**

6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.17. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **Gestor do Contrato**

6.18. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso I do art. 2º).

6.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).

6.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).

6.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).

6.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).

6.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

### **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1. Os serviços executados serão objeto de medição mensal, de acordo com os seguintes procedimentos:

7.2. Será feita a análise do Relatório de serviços e toda a documentação a medição pelo Setor de Engenharia e Infraestrutura ou pela gestão da UC, podendo ou não ser feita vistoria ao local de execução dos serviços para conferência.

7.3. Obrigatoriamente a CONTRATADA deverá entregar planilha de proposta de medição antes da vistoria.

7.4. O pleito deve ser entregue até o 3º dia útil de cada mês, para que, caso necessária, a vistoria possa ser agendada;

7.5. Juntamente à planilha com o pleito de medição deverão ser entregues os produtos abaixo referentes a cada mês de medição:

- Planilha de medição do mês referência com serviços executados;
- Cronograma físico-financeiro atualizado;
- Relatório dos serviços executados
- Relatório de Atendimento Técnico (RAT) para as manutenções preventivas;
- Relatório Técnico de Ocorrência (RTO) para as manutenções corretivas (quando for o caso);
- Manual e garantia dos equipamentos/peças (se houver troca e substituição)

7.6. Serviços pleiteados, mesmo que executados, que não estejam registrados em relatório, croqui e memória de cálculo, não serão medidos e serão postergados à outra medição em que os produtos estejam demonstrando corretamente

7.7. A CONTRATANTE solicitará à CONTRATADA, na hipótese de glosas e/ou incorreções de valores, a correspondente retificação objetivando a emissão da nota fiscal/fatura. A CONTRATADA deverá realizar a retificação e reenvio da documentação em até 1 dia útil da solicitação de correção.

7.8. Serão considerados somente os serviços efetivamente realizados e apurados da seguinte forma:

7.8.1. O valor dos pagamentos será obtido mediante a aplicação dos preços unitários contratados às correspondentes quantidades de serviços efetivamente executados;

7.8.2. A realização de pagamentos medidos a menor indicados na alínea "a" não prejudica a aplicação de sanções à CONTRATADA em virtude da inexecução dos serviços.

7.9. Após a conferência dos quantitativos e valores apresentados, se corretos, a CONTRATANTE atestará a medição mensal, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento da documentação de medição, comunicando à CONTRATADA o valor aprovado e autorizando a emissão da correspondente nota fiscal/fatura.

7.10. Em virtude dos boletins referenciais serem o referencial central utilizado, serão adotados os critérios de medição estipulados em seus respectivos materiais. Cada serviço será considerado como de acordo se executado conforme descrito no referido documento, a contratada deverá valer-se desta informação para mensurar especificamente o que cada unidade contempla. Execuções em desacordo com essas diretrizes não serão validadas para medição.

7.11. Itens não vinculados a boletins referenciais serão medidos apenas quando da entrega total do item sem que haja pendências.

7.12. Os materiais a serem fornecidos, inerentes à execução dos serviços, estão contemplados qualitativa e quantitativamente nas composições de custos dos serviços licitados, cada composição traz também em sua constituição, mão de obra e equipamentos, encerrando a abrangência dos custos diretos.

7.13. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.13.1. não tenha produzido os resultados acordados;

7.13.2. tenha deixado de executar as atividades contratadas, ou não as tenha executado com a qualidade mínima exigida; ou

7.13.3. tenha deixado de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os tenha utilizado com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.14. A CONTRATANTE determinará no início do contrato o formato de envio da documentação de medição, indicando se será de forma eletrônica ou através de sistema integrado digital específico do Núcleo de Engenharia.

#### **Do recebimento**

7.15. Mensalmente, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.16. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, estiverem executados em sua totalidade.

7.17. O Contratado também apresentará, a cada medição:

I. quando o caso, declaração, sob as penas da lei, afirmando que a madeira utilizada no serviço é, exclusivamente, de origem exótica, ou, no caso de utilização de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no art. 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, declaração, sob as penas da lei, afirmando que realizou as respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA;

II. quando o caso, as guias de transporte federais integradas ao Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais - SINAFLO/DOF, acompanhadas das respectivas notas fiscais de aquisição dos produtos e subprodutos referidos no art. 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, e o registro de sua destinação final;

III. quando for o caso de utilização de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do art. 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, declaração, sob as penas da lei, afirmando que realizou as respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO;

IV. quando o caso, as notas fiscais de aquisição dos produtos e subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do art. 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO;

V. as faturas e notas fiscais, demais comprovantes da legalidade da madeira utilizada no serviço, quando o caso, tais como Guias Florestais, Documentos de Origem Florestal ou outros eventualmente criados para o controle de produtos e subprodutos florestais, e demais comprovantes da legalidade dos produtos e subprodutos de origem mineral utilizados no serviço, quando o caso, tais como documentos eventualmente criados para o controle desses produtos, acompanhados das respectivas cópias, que serão autenticadas pelo servidor responsável pela recepção.

- 7.17.1. Caberá ao fiscal administrativo do contrato, após cada medição, conferir junto ao CADMADEIRA a situação cadastral do fornecedor dos produtos e subprodutos referidos no art. 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, e conferir junto ao CADMINÉRIO a situação cadastral do fornecedor dos produtos e subprodutos referidos no § 1º do art. 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, bem como instruir o processo administrativo com os comprovantes das respectivas inscrições validadas e com as cópias de documentos indicadas na subdivisão anterior, quando o caso.
- 7.18. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (trinta) dias, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021, e arts. 17, X e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).
- 7.18.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.
- 7.18.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).
- 7.18.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).
- 7.18.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.18.5. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 7.18.6. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.18.7. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).
- 7.18.8. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.18.9. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 7.19. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.20. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.20.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de ateste de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII);
- 7.20.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;
- 7.20.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;
- 7.20.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e
- 7.20.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.21. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.22. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.23. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 7.24. O CONTRATANTE exigirá do CONTRATADO que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo do objeto concernente à última e/ou única medição, quando for o caso:
- a) "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;
  - b) laudos e certificados de teste de funcionamento dos sistemas;
  - c) manual de uso, operação e manutenção dos sistemas e equipamentos;

- d) Relatório de serviços;
- e) certificado de garantia dos equipamentos instalados; e
- f) ARTs e RRTs da empresa em nome de seus responsáveis técnicos pelas disciplinas envolvidas.

### **Liquidação**

7.25. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.26. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.27. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

7.28. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.29. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.30. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.31. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.32. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.33. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

### **Prazo de pagamento**

7.34. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.35. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

### **Forma de pagamento**

7.36. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.36.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL", o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.37. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.38. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.38.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



7.39. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MAIOR DESCONTO**, aplicado linearmente na planilha de serviços.

### Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será **EMPREITADA** por **PREÇO UNITÁRIO**.

### Críticos de aceitabilidade de preços

8.3. O critério de aceitabilidade de preços será o maior desconto sobre valor global para a contratação. No momento adequado, o licitante que estiver mais bem colocado na disputa será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborado pela Administração (integrante da documentação que compõe a presente contratação), para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.4. Para o objeto que está sujeito ao regime de empreitada por preço unitário (conforme assim definido pela documentação que compõe a presente contratação) o critério de aceitabilidade de preços será:

8.4.1. Análise dos custos unitários, considerando o desconto proporcional linear;

8.5. Em conformidade com o parágrafo 4º, Art. 59 da lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor referência orçado pela Administração.

8.6. Em conformidade com parágrafo 5º, Art. 59 da lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor referência orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com esta Lei.

8.7. Caso os valores dos preços unitários não tenham sua aceitabilidade pela área técnica, a Administração, a seu critério, poderá solicitar a apresentação de comprovação dos valores ofertados;

### Exigências de habilitação

8.8. Para fins de habilitação, destacamos que é fundamental que o proponente (empresa), possua condições técnicas para executar o objeto almejado pela administração pública, por isso, procuramos selecionar os serviços de maior relevância para compor a qualificação técnica para garantir minimamente a aptidão dos proponentes e para assegurar à administração que o contratado detenha condições de executar o serviço licitado, para tal, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### Habilitação jurídica

8.9. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.10. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.11. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

8.12. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.13. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

- 8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.21. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

- 8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante;
- 8.23. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;
- 8.23.1. Caso o fornecedor esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso;

#### **Qualificação Operacional**

- 8.24. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia;
- 8.25. Declaração de Aparelhamento: Declaração assinada pelo representante legal informando que a empresa possui o ferramental técnico necessário (scanners, megômetros, multímetros e softwares de interface) para intervenção específica em motores MWM e painéis componentes dos sistemas
- 8.26. Plantão 24h: Declaração de que a empresa mantém estrutura de plantão para atendimento emergencial no regime de SLA definido neste Termo de Referência

#### **Capacidade Técnico-Operacional**

- 8.27. Atestado de Capacidade Técnica (ACT): Apresentação de um ou mais atestados, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem que a empresa já prestou (ou presta) serviços de manutenção preventiva, corretiva e corretiva emergencial em grupos motogeradores com potência igual ou superior a 150 kVA em volume similar ao objeto da contratação.
- 8.27.1. Entende-se por volume similar, serviços que correspondam a pelo menos 50% daqueles previstos na planilha orçamentária
- 8.27.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados
- 8.27.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.
- 8.27.4. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter a identificação da pessoa jurídica emitente bem como o nome, o cargo do signatário e telefone para contato
- 8.27.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 8.28. Registro na Entidade de Classe: Comprovante de registro ou inscrição da empresa licitante junto ao CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CRT (Conselho Regional dos Técnicos Industriais), em plena validade, com atribuições compatíveis com a manutenção de grupos geradores.
- 8.28.1. No caso de licitante vencedora domiciliada em outros estados, o certificado de registro expedido pelo conselho da região deverá, obrigatoriamente, conter a averbação de sua vigência do conselho de SP.
- 8.28.2. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista na subdivisão acima por meio da apresentação, no momento da celebração da contratação, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil;

#### **Capacidade Técnico-Profissional**

- 8.29. Responsável Técnico: A empresa deve possuir em seu quadro permanente, na data da apresentação da proposta, 01 (um) profissional de nível superior (Engenheiro Mecânico ou Eletricista) ou de nível técnico (Eletrotécnico ou Mecânico), detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço similar.
- 8.29.1. A comprovação do vínculo empregatício poderá ser efetuada através da Ficha de Registro de Empregado, ou cópia autenticada da CTPS, no caso de profissional liberal contratado, mediante a apresentação do respectivo instrumento de contrato ou documento equivalente. Na hipótese do profissional ser proprietário ou sócio da empresa, a comprovação se dará mediante apresentação do Contrato Social em vigor.
- 8.29.2. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma da subdivisão acima deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissional(is) de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

#### **Outras comprovações**

- 8.30. A licitante vencedora deverá apresentar, na assinatura do contrato, EQUIPE TÉCNICA, mínima conforme especificado abaixo

- 8.30.1. 01 (um) profissional de nível superior (Engenheiro Mecânico ou Eletricista) ou de nível técnico (Eletrotécnico ou Mecânico), detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço similar. É permitido que seja o mesmo profissional que o Responsável técnico, desde que atenda esta condicionante.
- 8.31. Em até 5 (cinco) dias após a assinatura da Ordem de Início de Serviço todas as ART/TRT das atividades de cada profissional da equipe já devem ser entregues à fiscalização.
- 8.32. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:
- a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;
  - b) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no art. 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 6 de junho de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA, em conformidade com o Decreto supracitado;
  - c) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do art. 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 28 de dezembro de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO, em conformidade com o Decreto supracitado;
  - d) tem ciência de que o descumprimento do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, ou do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, poderá acarretar a extinção do contrato por ato unilateral da Administração, bem como a aplicação das sanções administrativas cabíveis, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, independentemente da responsabilização na esfera criminal;
  - e) se compromete a cumprir o disposto na Lei estadual nº 12.684, de 26 de julho de 2007, a qual proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição;

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor de referência para aplicação do maior desconto corresponde a **R\$ 215.389,02 (duzentos e quinze mil, trezentos e oitenta e nove reais e dois centavos)**, conforme custos unitários apostos na planilha orçamentária Anexo do Edital. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, c/c a Instrução Normativa SEGES/ME nº 91, de 16 de dezembro de 2022, e o Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Fundação Florestal.
- 10.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente (s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

São Paulo, na data da assinatura.

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
13/2026	261101-ESP-FUND.P/CONSERV.PROD.FLORESTAL DO EST.SP	ISIS ALMEIDA DE SOUZA	01/04/2026 15:32 (v 0.7)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Obras comuns		262.00001724/2026-55

2. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ISIS ALMEIDA DE SOUZA**

Núcleo de Engenharia



*Assinou eletronicamente em 01/04/2026 às 14:56:15.*

**EMILY TOLEDO COUTINHO**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 01/04/2026 às 15:32:46.*

ESP-FUND.P/CONSERV.PROD.FLORESTAL DO EST.SP

## Estudo Técnico Preliminar 34/2026

### 1. Informações Básicas

Número do processo: 262.00001724/2026-55

### 2. Descrição da necessidade

A manutenção do sistema de geradores a diesel é necessária para garantir o fornecimento contínuo de energia elétrica ao Parque Estadual Ilha do Cardoso, cuja operação depende principalmente do sistema fotovoltaico, mas utiliza o grupo gerador como backup em dias que a produção do fotovoltaico não é suficiente para suprir a demanda energética da Unidade. A ausência de inspeções e substituição de componentes pode reduzir o desempenho do sistema, causar falhas no abastecimento e comprometer as atividades essenciais do parque.

A manutenção periódica visa não apenas a disponibilidade da energia, mas a segurança contra incêndios e acidentes elétricos. Conforme a norma NBR 5410 e as diretrizes do fabricante, sistemas de emergência devem estar sob regime de inspeção constante para garantir o acionamento imediato (partida e transferência) em frações de segundos, protegendo a integridade física dos ocupantes e a vida útil dos equipamentos eletrônicos conectados à rede.

A adoção do regime de manutenção preventiva e corretiva em um único contrato atende ao princípio da eficiência administrativa, visto que a segregação desses serviços entre empresas distintas geraria conflitos de responsabilidade técnica em caso de falha do equipamento (o "jogo de empurra"). A contratação unificada garante a responsabilização integral da contratada pelo estado operacional do bem.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
PEIC - Parque Estadual Ilha do Cardoso	Emily Toledo Coutinho
Núcleo de Engenharia	Camila Figueiredo

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A CONTRATADA Deverá atender as execuções de todos os serviços que estão estipulados neste Termo de Referência, pormenorizadas nas planilhas, que são parte integrante do contrato.

A empresa deverá comprovar sua qualificação mediante Certidão de Registro da empresa no CREA/CAU com validade na data de apresentação da proposta, devidamente atualizada em todos os seus dados cadastrais e contratuais. No caso da licitante vencedora domiciliada em outros estados, o certificado de registro expedido pelo CREA da região deverá, obrigatoriamente, conter a averbação de sua vigência do CREA/SP.

A proponente deverá apresentar atestado(s) de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e porte, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que especifique(m) em seu objeto necessariamente os tipos de serviços realizados, com indicações das quantidades e prazo contratual, datas de início e término e local da prestação dos serviços;

A empresa deverá enviar para habilitação comprovação da capacitação técnico-profissional do(s) responsável(is) técnico(s) indicado(s) pela licitante, através de um ou mais atestados de capacidade técnica, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhados das respectivas certidões de acervo técnico (CAT), emitidas pelo CREA e/ou CAU da região em que foi realizada o serviço de engenharia, comprovando a responsabilidade técnica por serviço com características semelhantes ao objeto da licitação, de complexidade equivalente ou superior

Todos os materiais e equipamentos, salvo o disposto contrário em contrato, serão fornecidos pela contratada, serão de primeira qualidade e todos os serviços executados em completa obediência aos princípios de boa técnica, devendo ainda, satisfazer rigorosamente às Normas Brasileiras.

A empresa contratada deverá sincronizar sua logística de entrega de material para que não haja armazenamento inadequado no interior da unidade, devendo ser providenciado o transporte aos locais de sua utilização nas entregas, onde deverá existir local já organizado para o estoque de material.

Todas as despesas relativas à deslocamento de pessoal, fornecimento de EPI e equipamentos necessários ao desenvolvimento das atividades (incluindo, geradores portáteis), estão incluídas na taxa relativa à administração local.

O local deverá ser entregue em perfeitas condições de uso e limpeza, ficando sob a responsabilidade da Contratada a retirada diária de todo o lixo proveniente das atividades realizadas com destinação final adequada.

A contratada será responsável pela aprovação e anuência perante qualquer órgão que seja necessário ao desenvolvimento das atividades descritas;

Efetuar o pagamento de todos os tributos e obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato, incluindo os encargos trabalhistas, previdenciários;

A empresa Contratada deverá tomar todas as precauções e cuidados inerentes à execução de um serviço dentro de uma Unidade de Conservação. A execução dos serviços deverá ser planejada de modo a causar o menor impacto possível à fauna e flora locais o que deve estar devidamente exposto e detalhado no Plano de Gestão Ambiental a ser elaborado pela CONTRATADA;

As demais obrigações da contratada encontram-se pormenorizadas no Termo de Referência.

## 5. Levantamento de Mercado

Em atendimento ao art. 18, inciso IV e art. 23 da Lei Federal 14.133 de 01 de abril de 2021, informo que foi realizado o orçamento estimado pelos boletins referenciais, conforme planilha orçamentária anexada no processo licitatório.

## 6. Descrição da solução como um todo

Para a manutenção preventiva será indicado no termo de Referência, as atividades referentes ao ciclo de 5 (cinco) anos, em função da possibilidade de postergação da vigência do contrato.

As principais atividades previstas à manutenção dos grupos geradores deverão seguir a especificação mínima abaixo, sem a isto se limitar:

1. Diagnostico Inicial
2. Manutenção Preventiva (PLano para Ciclo de 5 Anos):
  - Mensal
  - Trimestral
  - Semestral (ou 250 horas)
  - Anual (ou 500 horas)
  - Bienal
  - Quinquenal
3. Manutenção Corretiva Emergencial

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades estimadas e itens a serem contratados estão pormenorizados na planilha orçamentária Anexo do Edital.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 215.389,02

O valor estimado total da contratação é de **R\$ 215.389,02 (duzentos e quinze mil, trezentos e oitenta e nove reais e dois centavos)**, conforme custos unitários apostos na planilha orçamentária Anexo do Edital.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A adoção do regime de manutenção preventiva e corretiva em um único contrato atende ao princípio da eficiência administrativa, visto que a segregação desses serviços entre empresas distintas geraria conflitos de responsabilidade técnica em caso de falha do equipamento. A contratação unificada garante a responsabilização integral da contratada pelo estado operacional do bem.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se aplica ao objeto em questão.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Fundamental para preservar a integridade da estrutura do bem público, garantindo as atividades de hospedagem e alimentação, pesquisa, gestão preservação das UC, bem como a visitação pública local.

A manutenção e reparo no grupo gerador visa não apenas a disponibilidade da energia, mas a segurança contra incêndios e acidentes elétricos, protegendo a integridade física dos visitantes e funcionários e a vida útil dos equipamentos eletrônicos conectados à rede. Além de garantir a continuidade das atividades e funcionamento da UC.

## 13. Providências a serem Adotadas

Acompanhamento de toda execução dos serviços, considerando a peculiaridade dos serviços contratados, bem como sua concomitância com o funcionamento da Unidade de Conservação.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

Os possíveis impactos ambientais nos serviços de manutenção são sobre os descartes inadequados incorretamente, como óleo, filtros e placas eletrônicas, podem liberar substâncias tóxicas no solo e na água. Além disso será necessário o corte de diversas espécies vegetariais para que seja reconstruída a estrutura

A Contratada deverá Garantir que os componentes substituídos sejam reciclados ou descartados em locais apropriados, seguindo as normas ambientais.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Com base nas informações levantadas ao longo deste estudo técnico preliminar, a contratação é viável com base nos seguintes pontos:

- A necessidade da contratação é clara e adequadamente justificada;
- As estimativas preliminares de preços dos itens a contratar foram feitas e documentadas adequadamente;
- Os resultados pretendidos com a contratação foram devidamente expostos em termos de economicidade, eficácia e eficiência;
- A relação custo-benefício da contratação é considerada favorável;

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ISIS ALMEIDA DE SOUZA**

Núcleo de Engenharia



*Assinou eletronicamente em 01/04/2026 às 15:11:58.*

**EMILY TOLEDO COUTINHO**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 01/04/2026 às 15:34:23.*



# DSE8610 MKII

## SYNCHRONISING AUTO START LOAD SHARE CONTROL MODULE

The DSE8610 MKII is an easy to use Synchronising Auto Start Control Module suitable for use in a multi-generator loadshare system, designed to synchronise up to 32 generators including electronic and non-electronic engines.

The DSE8610 MKII monitors the generator and indicates operational status and fault conditions, automatically starting or stopping the engine on load demand or fault condition.

System alarms are annunciated on the LCD screen (multiple language options available), illuminated LED and audible sounder.

The event log will record 250 events to facilitate easy maintenance, and an extensive number of fixed and flexible monitoring, metering and protection features are included.

Designed to offer increased built in support for active sensors for 0 V to 10 V & 4 mA to 20 mA. Comprehensive communication and system expansion options are available.

Using the DSE PC Configuration Suite Software allows easy alteration of the operational sequences, timers and alarms. With all communication ports capable of being active at the same time, the DSE8610 MKII is ideal for a wide variety of demanding load share applications.

### KEY LOAD SHARE FEATURES:

- Peak lopping/sharing (with appropriate DSE mains controller)
- Sequential set start
- Manual voltage/frequency adjustment
- R.O.C.O.F. and vector shift protection
- Generator load demand
- Automatic hours run balancing
- Mains (Utility) decoupling
- Mains (Utility) decoupling test mode
- Dead bus sensing
- Bus failure detection
- Direct governor and AVR control
- Volts and frequency matching
- kW and kvar load sharing
- Dead bus synchronising

### ENVIRONMENTAL TESTING STANDARDS

#### ELECTRO MAGNETIC COMPATIBILITY

BS EN 61000-6-2  
EMC Generic Immunity Standard for the Industrial Environment  
BS EN 61000-6-4  
EMC Generic Emission Standard for the Industrial Environment

#### ELECTRICAL SAFETY

BS EN 60950  
Safety of Information Technology Equipment, including Electrical Business Equipment

#### TEMPERATURE

BS EN 60068-2-1  
Ab/Ae Cold Test -30 °C  
BS EN 60068-2-2  
Bb/Be Dry Heat +70 °C

#### VIBRATION

BS EN 60068-2-6  
Ten sweeps in each of three major axes  
5 Hz to 8 Hz at +/-7.5 mm, 8 Hz to 500 Hz at 2 gn

#### HUMIDITY

BS EN 60068-2-30  
Db Damp Heat Cyclic 20/55 °C at 95% RH  
48 Hours  
BS EN 60068-2-78  
Cab Damp Heat Static 40 °C at 93% RH  
48 Hours


#### SHOCK

BS EN 60068-2-27  
Three shocks in each of three major axes  
15 gn in 11 ms

#### DEGREES OF PROTECTION PROVIDED BY ENCLOSURES

BS EN 60529  
IP65 - Front of module when installed into the control panel with the supplied sealing gasket.

## COMPREHENSIVE FEATURE LIST TO SUIT A WIDE VARIETY OF LOAD SHARE APPLICATIONS

DSE2130 DSE2131 DSE2133 DSE2152 DSE2157 DSE2548	MODEM 232	MODBUS 485	PC		12	8	4		
DSENET® EXPANSION	RS232 AND RS485	USB PORT	USB HOST	CONFIGURABLE INPUTS	DC OUTPUTS	ANALOGUE SENDERS	EMERGENCY STOP	DC POWER SUPPLY 5-35V	
		ETHERNET							
DSE8610 MKII									
				MSC		<div>DEUTZ ISUZU PERKINS CATERPILLAR MTU VOLVO CUMMINS SCANIA</div> <div>DETROIT IVECO JOHN DEERE LOMBARDINI SISU JCB DIESELMAX YANMAR AND OTHERS</div>			
55xx		75xx		8xx		8xxxMKII			
BUS SENSING	VOLT FREE OUTPUTS	GENERATOR SENSING		FUEL & START OUTPUTS	CHARGE ALTERNATOR	ELECTRONIC ENGINES	MAGNETIC PICK-UP		
		CURRENT	VOLTS		D+ W/L				
1ph 2ph 3ph N	2	1ph 2ph 3ph E/N	1ph 2ph 3ph N						

# DSE8610 MKII

## SYNCHRONISING AUTO START LOAD SHARE CONTROL MODULE



### KEY FEATURES

- Comprehensive synchronising & loadsharing capabilities
- Built in governor and AVR control
- Base load (kW export) control
- Positive & negative kVar export control
- Mains (Utility) decoupling protection
- 4-Line back-lit LCD text display
- Multiple Display Languages
- Five key menu navigation
- LCD alarm indication
- Heated display option available
- Customisable power-up text and images
- DSENet expansion compatibility
- Data logging & trending facility
- Internal PLC editor
- Protections disable feature
- Fully configurable via PC using USB, RS232, RS485 & Ethernet communication
- Front panel configuration with PIN protection
- Power save mode
- 3 phase generator sensing and protection
- Generator current and power monitoring (kW, kvar, kVA, pf)
- kW and kvar overload alarms
- Reverse power alarms
- Over current protection
- Unbalanced load protection
- Independent earth fault protection
- Breaker control via fascia buttons
- Fuel and start outputs configurable when using CAN
- 8 configurable DC outputs
- 2 configurable volt-free relay outputs
- 4 configurable analogue/digital inputs
- Built in sensors to support 0 V to 10 V & 4 mA to 20 mA
- 12 configurable digital inputs
- Configurable 5 stage dummy load and load shedding outputs
- CAN, MPU and alternator frequency speed sensing in one variant
- Real time clock
- Manual and automatic fuel pump control
- Engine run-time scheduler
- Fuel usage monitor and low fuel level alarms
- Simultaneous use of all communication ports
- Remote SCADA monitoring via various DSE software applications
- MODBUS RTU & TCP support with configurable MODBUS pages for integration into building management systems (BMS)
- Advanced SMS messaging (additional external modem required)
- Start & stop capability via SMS messaging
- 3 configurable maintenance alarms
- Compatible with a wide range of CAN engines, including tier 4 engine support
- Uses DSE Configuration Suite PC Software for simplified configuration

### KEY BENEFITS

- Compatible in load share systems containing DSE5500, DSE7500, DSE8000 and DSE8600 MKII series. Contact DSE for further details
- 132 x 64 pixel ratio display for clarity
- Real-time clock provides accurate event logging
- Ethernet communication, provides built in advanced remote monitoring.
- Can be integrated into building management systems (BMS) and programmable logic control (PLC)
- Increased input and output expansion capability via DSENet<sup>®</sup>
- Licence-free PC software
- IP65 rating (with supplied gasket) offers increased resistance to water ingress
- Advanced Internal PLC editor allows user configurable functions to meet specific application requirements.

### EXPANSION DEVICES

- DSE124 CAN/MSD Extender
- DSE2130 Input Expansion Module
- DSE2131 Ratio-metric Input Expansion Module
- DSE2133 RTD & Thermo-couple Expansion Module
- DSE2152 Ratio-metric Output Expansion Module
- DSE2157 Output Expansion Module
- DSE2548 LED Expansion Module

### SPECIFICATION

#### DC SUPPLY

**CONTINUOUS VOLTAGE RATING**  
5 V to 35 V Continuous

#### CRANKING DROPOUTS

Able to survive 0 V for 100 mS, providing supply was at least 10 V before dropout and supply recovers to 5 V. This is achieved without the need for internal batteries. LEDs and backlight will not be maintained during cranking.

#### MAXIMUM OPERATING CURRENT

530 mA at 12 V, 280 mA at 24 V

#### MAXIMUM STANDBY CURRENT

320 mA at 12 V, 160 mA at 24 V

#### CHARGE FAIL/EXCITATION RANGE

0 V to 35 V

#### GENERATOR & BUS

##### VOLTAGE RANGE

15 V to 415 V AC (Ph to N)  
26 V to 719 V AC (Ph to Ph)

##### FREQUENCY RANGE

3.5 Hz to 75 Hz

##### MAGNETIC PICKUP

**VOLTAGE RANGE**  
+/- 0.5 V to 70 V

##### FREQUENCY RANGE

10,000 Hz (max)

#### INPUTS

**DIGITAL INPUTS A TO L**  
Negative switching

#### ANALOGUE INPUTS A TO D

Configurable as:  
Negative switching digital input  
0 V to 10 V sensor  
4 mA to 20 mA sensor  
0  $\Omega$  to 480  $\Omega$  sensor

#### OUTPUTS

**OUTPUT A & B (FUEL & START)**  
15 A DC at supply voltage

#### OUTPUTS C & D

8 A AC at 250 V AC (Volt-free)

#### AUXILIARY OUTPUTS E TO L

2 A DC at supply voltage

#### BUILT IN AVR GOVERNOR CONTROL

##### MINIMUM LOAD IMPEDANCE

500  $\Omega$   
Fully isolated

#### GAIN VOLTAGE

0 V to 10 V DC  
Fully isolated

#### OFFSET VOLTAGE

0 V to 10 V DC  
Fully isolated

#### DIMENSIONS

**OVERALL**  
245 mm x 184 mm x 51 mm  
9.6" x 7.2" x 2.0"

#### PANEL CUT-OUT

220 mm x 160 mm  
8.7" x 6.3"

#### MAXIMUM PANEL THICKNESS

8 mm  
0.3"

#### STORAGE TEMPERATURE RANGE

-40 °C to +85 °C  
-40 °F to +185 °F

#### OPERATING TEMPERATURE RANGE

-30 °C to +70 °C  
-40 °F to +185 °F

### RELATED MATERIALS

#### TITLE

DSE8610 MKII Installation Instructions  
DSE8610 MKII Operator Manual  
DSE8610 MKII PC Configuration Suite Manual

#### PART NO'S

053-182  
057-254  
057-238

### DEEP SEA ELECTRONICS PLC UK

Highfield House, Hunmanby Industrial Estate, Hunmanby YO14 0PH  
**TELEPHONE** +44 (0) 1723 890099 **FACSIMILE** +44 (0) 1723 893303  
**EMAIL** sales@deepseapl.com **WEBSITE** www.deepseapl.com

### DEEP SEA ELECTRONICS INC USA

3230 Williams Avenue, Rockford, IL 61101-2668 USA  
**TELEPHONE** +1 (815) 316 8706 **FACSIMILE** +1 (815) 316 8708  
**EMAIL** sales@deepseausa.com **WEBSITE** www.deepseausa.com

# DSE8610 MKII

## SYNCHRONISING AUTO START LOAD SHARE CONTROL MODULE

The DSE8610 MKII is an easy to use Synchronising Auto Start Control Module suitable for use in a multi-generator loadshare system, designed to synchronise up to 32 generators including electronic and non-electronic engines.

The DSE8610 MKII monitors the generator and indicates operational status and fault conditions, automatically starting or stopping the engine on load demand or fault condition.

System alarms are annunciated on the LCD screen (multiple language options available), illuminated LED and audible sounder.

The event log will record 250 events to facilitate easy maintenance, and an extensive number of fixed and flexible monitoring, metering and protection features are included.

Designed to offer increased built in support for active sensors for 0 V to 10 V & 4 mA to 20 mA. Comprehensive communication and system expansion options are available.

Using the DSE PC Configuration Suite Software allows easy alteration of the operational sequences, timers and alarms. With all communication ports capable of being active at the same time, the DSE8610 MKII is ideal for a wide variety of demanding load share applications.

### KEY LOAD SHARE FEATURES:

- Peak lopping/sharing (with appropriate DSE mains controller)
- Sequential set start
- Manual voltage/frequency adjustment
- R.O.C.O.F. and vector shift protection
- Generator load demand
- Automatic hours run balancing
- Mains (Utility) decoupling
- Mains (Utility) decoupling test mode
- Dead bus sensing
- Bus failure detection
- Direct governor and AVR control
- Volts and frequency matching
- kW and kvar load sharing
- Dead bus synchronising

### ENVIRONMENTAL TESTING STANDARDS

#### ELECTRO MAGNETIC COMPATIBILITY

BS EN 61000-6-2  
EMC Generic Immunity Standard for the Industrial Environment  
BS EN 61000-6-4  
EMC Generic Emission Standard for the Industrial Environment

#### ELECTRICAL SAFETY

BS EN 60950  
Safety of Information Technology Equipment, including Electrical Business Equipment

#### TEMPERATURE

BS EN 60068-2-1  
Ab/Ae Cold Test -30 °C  
BS EN 60068-2-2  
Bb/Be Dry Heat +70 °C

#### VIBRATION

BS EN 60068-2-6  
Ten sweeps in each of three major axes  
5 Hz to 8 Hz at +/-7.5 mm, 8 Hz to 500 Hz at 2 gn

#### HUMIDITY

BS EN 60068-2-30  
Db Damp Heat Cyclic 20/55 °C at 95% RH  
48 Hours  
BS EN 60068-2-78  
Cab Damp Heat Static 40 °C at 93% RH  
48 Hours











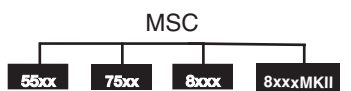
#### SHOCK

BS EN 60068-2-27  
Three shocks in each of three major axes  
15 gn in 11 ms

#### DEGREES OF PROTECTION PROVIDED BY ENCLOSURES

BS EN 60529  
IP65 - Front of module when installed into the control panel with the supplied sealing gasket.

## COMPREHENSIVE FEATURE LIST TO SUIT A WIDE VARIETY OF LOAD SHARE APPLICATIONS

<b>DSE2130</b> <b>DSE2131</b> <b>DSE2133</b> <b>DSE2152</b> <b>DSE2157</b> <b>DSE2548</b>	<b>MODEM</b>  232	<b>MODBUS</b>  485	<b>PC</b>  	 12	 8	 4		
DSENET® EXPANSION	RS232 AND RS485	USB PORT	USB HOST	CONFIGURABLE INPUTS	DC OUTPUTS	ANALOGUE SENDERS	EMERGENCY STOP	DC POWER SUPPLY 5-35V
		ETHERNET						
<b>DSE8610 MKII</b>  <div>  <div> DEUTZ ISUZU PERKINS CATERPILLAR MTU VOLVO CUMMINS SCANIA </div> <div> DETROIT IVECO JOHN DEERE LOMBARDINI SISU JCB DIESELMAX YANMAR AND OTHERS </div> </div>								
BUS SENSING	VOLT FREE OUTPUTS	GENERATOR SENSING		FUEL & START OUTPUTS	CHARGE ALTERNATOR	ELECTRONIC ENGINES	MAGNETIC PICK-UP	
		CURRENT	VOLTS		D+ W/L			
1ph 2ph 3ph N	2	1ph 2ph 3ph E/N	1ph 2ph 3ph N					

# DSE8610 MKII

## SYNCHRONISING AUTO START LOAD SHARE CONTROL MODULE



### KEY FEATURES

- Comprehensive synchronising & loadsharing capabilities
- Built in governor and AVR control
- Base load (kW export) control
- Positive & negative kVar export control
- Mains (Utility) decoupling protection
- 4-Line back-lit LCD text display
- Multiple Display Languages
- Five key menu navigation
- LCD alarm indication
- Heated display option available
- Customisable power-up text and images
- DSENet expansion compatibility
- Data logging & trending facility
- Internal PLC editor
- Protections disable feature
- Fully configurable via PC using USB, RS232, RS485 & Ethernet communication
- Front panel configuration with PIN protection
- Power save mode
- 3 phase generator sensing and protection
- Generator current and power monitoring (kW, kVar, kVA, pf)
- kW and kVar overload alarms
- Reverse power alarms
- Over current protection
- Unbalanced load protection
- Independent earth fault protection
- Breaker control via fascia buttons
- Fuel and start outputs configurable when using CAN
- 8 configurable DC outputs
- 2 configurable volt-free relay outputs
- 4 configurable analogue/digital inputs
- Built in sensors to support 0 V to 10 V & 4 mA to 20 mA
- 12 configurable digital inputs
- Configurable 5 stage dummy load and load shedding outputs
- CAN, MPU and alternator frequency speed sensing in one variant
- Real time clock
- Manual and automatic fuel pump control
- Engine run-time scheduler
- Fuel usage monitor and low fuel level alarms
- Simultaneous use of all communication ports
- Remote SCADA monitoring via various DSE software applications
- MODBUS RTU & TCP support with configurable MODBUS pages for integration into building management systems (BMS)
- Advanced SMS messaging (additional external modem required)
- Start & stop capability via SMS messaging
- 3 configurable maintenance alarms
- Compatible with a wide range of CAN engines, including tier 4 engine support
- Uses DSE Configuration Suite PC Software for simplified configuration

### KEY BENEFITS

- Compatible in load share systems containing DSE5500, DSE7500, DSE8000 and DSE8600 MKII series. Contact DSE for further details
- 132 x 64 pixel ratio display for clarity
- Real-time clock provides accurate event logging
- Ethernet communication, provides built in advanced remote monitoring.
- Can be integrated into building management systems (BMS) and programmable logic control (PLC)
- Increased input and output expansion capability via DSENet<sup>®</sup>
- Licence-free PC software
- IP65 rating (with supplied gasket) offers increased resistance to water ingress
- Advanced Internal PLC editor allows user configurable functions to meet specific application requirements.

### EXPANSION DEVICES

- DSE124 CAN/MSD Extender
- DSE2130 Input Expansion Module
- DSE2131 Ratio-metric Input Expansion Module
- DSE2133 RTD & Thermo-couple Expansion Module
- DSE2152 Ratio-metric Output Expansion Module
- DSE2157 Output Expansion Module
- DSE2548 LED Expansion Module

### SPECIFICATION

#### DC SUPPLY

**CONTINUOUS VOLTAGE RATING**  
5 V to 35 V Continuous

#### CRANKING DROPOUTS

Able to survive 0 V for 100 mS, providing supply was at least 10 V before dropout and supply recovers to 5 V. This is achieved without the need for internal batteries. LEDs and backlight will not be maintained during cranking.

#### MAXIMUM OPERATING CURRENT

530 mA at 12 V, 280 mA at 24 V

#### MAXIMUM STANDBY CURRENT

320 mA at 12 V, 160 mA at 24 V

#### CHARGE FAIL/EXCITATION RANGE

0 V to 35 V

#### GENERATOR & BUS

##### VOLTAGE RANGE

15 V to 415 V AC (Ph to N)  
26 V to 719 V AC (Ph to Ph)

##### FREQUENCY RANGE

3.5 Hz to 75 Hz

##### MAGNETIC PICKUP

**VOLTAGE RANGE**  
+/- 0.5 V to 70 V

##### FREQUENCY RANGE

10,000 Hz (max)

#### INPUTS

**DIGITAL INPUTS A TO L**  
Negative switching

#### ANALOGUE INPUTS A TO D

Configurable as:  
Negative switching digital input  
0 V to 10 V sensor  
4 mA to 20 mA sensor  
0  $\Omega$  to 480  $\Omega$  sensor

#### OUTPUTS

**OUTPUT A & B (FUEL & START)**  
15 A DC at supply voltage

#### OUTPUTS C & D

8 A AC at 250 V AC (Volt-free)

#### AUXILIARY OUTPUTS E TO L

2 A DC at supply voltage

#### BUILT IN AVR GOVERNOR CONTROL

**MINIMUM LOAD IMPEDANCE**  
500  $\Omega$   
Fully isolated

#### GAIN VOLTAGE

0 V to 10 V DC  
Fully isolated

#### OFFSET VOLTAGE

0 V to 10 V DC  
Fully isolated

#### DIMENSIONS

**OVERALL**  
245 mm x 184 mm x 51 mm  
9.6" x 7.2" x 2.0"

#### PANEL CUT-OUT

220 mm x 160 mm  
8.7" x 6.3"

#### MAXIMUM PANEL THICKNESS

8 mm  
0.3"

#### STORAGE TEMPERATURE RANGE

-40 °C to +85 °C  
-40 °F to +185 °F

#### OPERATING TEMPERATURE RANGE

-30 °C to +70 °C  
-40 °F to +185 °F

### RELATED MATERIALS

#### TITLE

DSE8610 MKII Installation Instructions  
DSE8610 MKII Operator Manual  
DSE8610 MKII PC Configuration Suite Manual

#### PART NO'S

053-182  
057-254  
057-238

### DEEP SEA ELECTRONICS PLC UK

Highfield House, Hunmanby Industrial Estate, Hunmanby YO14 0PH  
**TELEPHONE** +44 (0) 1723 890099 **FACSIMILE** +44 (0) 1723 893303  
**EMAIL** sales@deepseapl.com **WEBSITE** www.deepseapl.com

### DEEP SEA ELECTRONICS INC USA

3230 Williams Avenue, Rockford, IL 61101-2668 USA  
**TELEPHONE** +1 (815) 316 8706 **FACSIMILE** +1 (815) 316 8708  
**EMAIL** sales@deepseausa.com **WEBSITE** www.deepseausa.com

**CONTRATO FF N.º XXXXXXXXXXXXXXXX – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE  
MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PARA GRUPO MOTOR GERADOR A DIESEL –  
PROCESSO FF N.º 262.00001724/2026-55 – PREGÃO ELETRÔNICO N.º xxx/20xx.**

**PARECER NJ N.º xxxxxxxxxxxx**

Pelo presente instrumento, de um lado, a **FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**, com sede na Av. Professor Frederico Hermann Junior nº 345 – Prédio 12 – 1º andar - Alto de Pinheiros - São Paulo - SP – CEP 05459-010 -, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 56.825.110/0001-47 neste ato representado(a) pelo(a) ..... (cargo e nome), nomeado(a) pelo(a) [Portaria/\_\_\_\_\_] nº ....., de .... de ..... de 20..., publicado(a) no DOE de .... de ..... de ....., [portador(a) da identificação funcional \_\_\_\_\_ nº ...../inscrito(a) no CPF sob o nº..... (se ausente identificação funcional individualizada)], no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) **CONTRATANTE**, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., doravante designado(a) **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no Contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº....., conforme atos constitutivos da fornecedora **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº .../... **OU** da Concorrência Eletrônica nº .../..., mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de manutenção preventiva periódica e manutenção corretiva sob demanda para o grupo motor gerador a diesel instalado no Núcleo Perequê do Parque Estadual Ilha do Cardoso com fornecimento de material, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNID.	QNT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Avaliação e diagnóstico inicial do equipamento	2356	Unid.	01		
02	Manutenção Preventiva	2356	Vb.	01		
03	Manutenção Corretiva	2356	Vb.	01		

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução deste contrato é o de empreitada por preço unitário.

## 1.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO (art. 92, V)

2.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

2.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3. O valor indicado nesta cláusula é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos efetivamente demandados, medidos e fornecidos.

2.4. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

3.1. O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s), mediante o recebimento dos originais da nota fiscal/fatura acompanhadas do respectivo arquivo em formato CSV, no Setor de Contratos da Fundação Florestal, no e-mail: recebimentonotas@fflorestal.sp.gov.br.



3.2. Os pagamentos serão realizados mediante depósito na conta corrente bancária em nome da CONTRATADA no Banco do Brasil S/A, conta nº \_\_\_\_\_, Agência nº \_\_\_\_\_ de acordo com as seguintes condições:

I - Em 30 (trinta) dias, contados da data de entrega da nota fiscal/fatura, ou de sua reapresentação em caso de incorreções, na forma e local previstos nesta Cláusula;

II - A discriminação dos valores dos serviços deverá ser reproduzida na nota fiscal/fatura apresentada para efeito de pagamento.

3.3. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do contratado no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais- CADIN ESTADUAL", o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

3.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

3.5. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE (art. 92, V)**

4.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ (DD/MM/AAAA).

4.2. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPC-FIPE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

4.3. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

- 4.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 4.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 4.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 4.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 4.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 5. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

5.1. O prazo de vigência da contratação é de XX (XXX) ....., contados do(a) ....., na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.1. O prazo de vigência **poderá ser prorrogado**, mediante **celebração de termo aditivo**,, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

5.1.2. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:

5.1.2.1. O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

5.1.2.2. O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.



**6. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

6.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

**7. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

7.1. É admitida a subcontratação parcial do objeto, desde que previamente autorizada por escrito pelo Contratante, vedadas a cessão ou a transferência, total ou parcial, do contrato.

7.2. É vedada a subcontratação da parcela principal do objeto, permanecendo o Contratado integralmente responsável pela execução contratual, inclusive pela supervisão das atividades do subcontratado e pelo cumprimento de todas as obrigações contratuais e legais.

7.3. A subcontratação ficará condicionada à comprovação, pelo Contratado, da regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e da capacidade técnica do subcontratado, nos termos do art. 122, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.4. Os pagamentos decorrentes da execução contratual serão realizados exclusivamente ao Contratado.

**8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de 01 (um) mês para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 01 (um) mês, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do art. 131 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.11. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato;

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade;

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou de fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços;

- 9.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;
- 9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.1.16. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas (art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021);
- 9.1.18. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 9.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;
- 9.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;
- 9.1.21. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;
- 9.2. Em atendimento à Lei nº 12.846, de 2013, e ao Decreto estadual nº 69.588, de 2025, o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e

quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025.

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do art. 14 e/ou parágrafo único do art. 48 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas "b", "c" e "d" da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) **Multa:**

Calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento.

**OU**

**[segunda alternativa de redação para subdivisões do inciso "iv"]**

- (1) Moratória de .....% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de XX (XXX) dias;
- (2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para suplementação ou reposição da garantia;

a. O atraso superior a XX (XXX) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021;

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do item 12.1, de ....% a ...% do valor do Contrato;

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do item 12.1, de ....% a ...% do valor do Contrato;

(5) Para infração descrita na alínea "b" do item 12.1, a multa será de ....% a ...% do valor do Contrato;

(6) Para infrações descritas na alínea "d" do item 12.1, a multa será de ....% a ...% do valor do Contrato;

(7) Para a infração descrita na alínea "a" do item 12.1, a multa será de ....% a ...% do valor do Contrato.

iv.1) A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;

- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no art. 1º, § 2º, item 3, do Decreto estadual nº 55.938, de 2010, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto estadual nº 57.159, de 2011, na hipótese da configuração de trabalho em caráter não eventual por pessoas físicas, com relação de subordinação ou dependência, quando o Contratado for sociedade cooperativa (se admitida a participação/contratação de cooperativa).



13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da Lei nº 14.133, de 2021, conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

14.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade:

II. Programa de Trabalho:

III. Elemento de Despesa:

14.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

15.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e princípios gerais dos contratos.

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.4. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.5. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

16.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 22 do Decreto estadual nº 68.155, de 2023.

**18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)**

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 01 (uma) via, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

[Local], [dia] de [mês] de [ano]. **OU** [Local], data da última assinatura eletrônica das partes.

Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

**CONTRATO FF N.º xxxxxxxxxxxxxxxx – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PARA GRUPO MOTOR GERADOR A DIESEL – PROCESSO FF N.º 262.00001724/2026-55 – PREGÃO ELETRÔNICO N.º xxx/20xx.**

### **TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO**

**CONTRATANTE:**

**CONTRATADA:**

**CONTRATO N.º:**

**OBJETO:**

1 Estamos CIENTES de que:

a) O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução

contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico.

b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em

conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil.

d) As informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);

e) É de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

Damo-nos por NOTIFICADOS para:

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação.

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

São Paulo, na data da assinatura digital.

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome:

Cargo:

CPF.

Assinatura:\_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEL PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome:

Cargo:

CPF.

Assinatura:

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

Pelo CONTRATANTE:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

Nome:

Cargo:

CPF:

**Assinatura:**

**Pela CONTRATADA:**

Nome:

CPF:

Assinatura:

**ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome:

Cargo:

CPF:

**Assinatura:**

**GESTOR(ES)/FISCAL(IS) DO CONTRATO:**

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

**DEMAIS RESPONSÁVEIS:**

**ASSESSORIA JURÍDICA:**

Nome:

Cargo:  
CPF:  
Assinatura:

**SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS**

Nome:  
Cargo:  
CPF:  
Assinatura:

**SETOR DE CONTRATOS**

Nome:  
Cargo:  
CPF:  
Assinatura:

**CADASTRO DO RESPONSÁVEL**

**CONTRATANTE:** DE SÃO PAULO

**CONTRATADA:**

**CONTRATO Nº:**

**OBJETO:**

**ÓRGÃO OU ENTIDADE:**

Nome:  
Cargo:  
CPF:  
Período de gestão:

Nome:  
Cargo:  
CPF:  
Período de gestão:

**RESPONSÁVEL PELO ATENDIMENTO A REQUISIÇÕES DE DOCUMENTOS DO TCESP**

Nome:

Cargo:

Endereço comercial:

E-mail institucional:

Telefone: (

**DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS**

**CONTRATANTE**

**CNPJ:**

**CONTRATADA:**

**CNPJ:**

**CONTRATO Nº:**

**DATA DE ASSINATURA:**

**OBJETO:**

**VIGÊNCIA:**

**VALOR ATUALIZADO (R\$):**

Declaro, na qualidade de responsável pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Apresentamos a Vossa Excelência, nesta oportunidade, nossos protestos de elevada consideração e apreço.

São Paulo, na data da assinatura digital

**Nome**

Cargo

CPF.